



# REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

### Seção II

ANO XXXI — Nº 82

QUARTA-FEIRA, 4 DE AGOSTO DE 1976

BRASÍLIA — DF

## SENADO FEDERAL

### SUMÁRIO

#### 1 — ATA DA 114ª SESSÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1976

##### 1.1 — ABERTURA

##### 1.2 — EXPEDIENTE

##### 1.2.1 — Comunicações recebidas durante o recesso

— Do Sr. Senador Nelson Carneiro, referente à sua participação na reunião do Parlamento Latino-Americano, realizada em Curaçau.

— Do Sr. Senador Gilvan Rocha, referente à sua participação no encontro promovido pelo Partido Democrata Cristão em Caracas, Venezuela, no período de 25 a 31 de julho do corrente ano.

##### 1.2.2 — Comunicações da Presidência

— Recebimento do Aviso nº 341/76, do Sr. Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando ao Senado Federal relatório sobre a evolução da situação monetária e creditícia do País no ano de 1975.

— Arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 63/76, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 32 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), alterado pelo Decreto-Lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as cores dos sinais luminosos, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

##### 1.2.3 — Aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República

— Solicitando a devolução da Mensagem nº 57, de 1976-CN (nº 196/76, na origem), com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou projeto de lei que dispõe sobre o exercício profissional dos integrantes das categorias de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, e dá outras providências.

##### 1.2.4 — Fala da Presidência

— Acolhimento da solicitação anteriormente lida.

##### 1.2.5 — Aviso do Ministro dos Transportes

Nº GM/18/76, encaminhando ao Senado informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 70/75, do Sr. Senador José Esteves, que autoriza os Municípios localizados na Amazônia Legal a empregar suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional no setor que especifica.

##### 1.2.6 — Ofício do Chefe do Gabinete do Ministro da Educação e Cultura

Nº 3.704/76, encaminhando ao Senado o Parecer do Congresso Federal de Cultura a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 131/74, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que disciplina a grafia e o uso de siglas e abreviaturas.

##### 1.2.7 — Requerimentos

Nº 328/76, do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, de editorial intitulado "Congresso de Advogados", publicado na edição de 3 de junho passado, no jornal *Tribuna do Ceará*, no qual é enaltecido a realização, em Fortaleza, do 1º Congresso Norte-Nordeste de Advogados.

Nº 329/76, de autoria do Sr. Senador Mauro Benevides, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, de Fortaleza, intitulado "Energia Gratuita para Irrigação", no qual são feitas oportunas sugestões para maior alcance econômico e social da região nordestina.

Nºs 330 a 332/76, do Sr. Senador Vasconcelos Torres, solicitando a transcrição, nos Anais do Senado Federal, respectivamente, das seguintes matérias:

— da palestra do Exmº Sr. Senador Magalhães Pinto, proferido na abertura do ciclo de palestras sobre o sesquicentenário do Poder Legislativo promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros;

— trabalho jornalístico intitulado "Magalhães", do jornalista Oyama Teles; e do

— trabalho jornalístico intitulado "Petrônio", do jornalista Oyama Teles.

## EXPEDIENTE

## CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

EVANDRO MENDES VIANNA

Diretor-Geral do Senado Federal

ARNALDO GOMES

Diretor Executivo

PAULO AURÉLIO QUINTELLA

Diretor Administrativo

ALCIDES JOSÉ KRONENBERGER

Diretor Industrial

## DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

## Seção II

Impresso sob a responsabilidade da Mesa do Senado Federal

## ASSINATURAS

## Via Superfície:

Semestre ..... Cr\$ 100,00

Ano ..... Cr\$ 200,00

## Via Aérea:

Semestre ..... Cr\$ 200,00

Ano ..... Cr\$ 400,00

(O preço do exemplar atrasado será acrescido de Cr\$ 0,30)

Tiragem: 3.500 exemplares

## 1.2.8 — Discursos do Expediente

**SENADOR LOURIVAL BAPTISTA** — Inauguração do sistema de Discagem Direta Internacional — DDI, da cidade de Aracaju—SE.

**SENADOR DANTON JOBIM** — Declarações prestadas à imprensa pelo Almirante da Reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, objeto da denúncia que será apresentada pelo Procurador Geral da Justiça Militar.

**SENADOR AUGUSTO FRANCO** — Visita realizada pelo Presidente da ARENA ao Estado de Sergipe.

**SENADOR BENJAMIM FARAH** — Necrológio do Sr. Afonso Nunes.

**SENADOR VASCONCELOS TORRES** — Transcurso da data natalícia do Presidente Ernesto Geisel.

## 1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 181/75, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que estende o disposto no § 2º do art. 38 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, e dá outras providências. **Votação adiada** para a sessão do dia 2 de setembro próximo, nos termos do Requerimento nº 333/76.

— Projeto de Lei da Câmara nº 19/76 (nº 741-B/75, na Casa de origem), que acrescenta dispositivo ao Código Nacional

de Trânsito para permitir a livre circulação de veículos com multas pendentes de julgamento. **Rejeitado.** Ao Arquivo.

## 1.4 — DISCURSOS APÓS A ORDEM DO DIA

**SENADOR MAURO BENEVIDES** — Transcurso do primeiro centenário do Município de Morada Nova—CE.

**SENADOR JESSÉ FREIRE** — Aproveitamento das reais possibilidades de um realístico processo de substituição das importações aliado à melhoria do poder de competição dos produtos agropecuários brasileiros no mercado mundial e reexame das estruturas de custos da produção e de comercialização, como alternativa para recuperar o crescimento econômico do País, mesmo sem auto-suficiência de petróleo.

**SENADOR VASCONCELOS TORRES** — Problemas que desafiam a administração estadual em Nova Iguaçu—RJ.

## 1.5 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO

## 2 — ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO

Nº 1, de 1976.

## 3 — ATAS DE COMISSÕES

## 4 — MESA DIRETORA

## 5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

## 6 — COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

## ATA DA 114ª SESSÃO, EM 3 DE AGOSTO DE 1976

## 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 8ª Legislatura

## PRESIDÊNCIA DO SR. MAGALHÃES PINTO

Às 14 horas e 30 minutos, acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena — Altevair Leal — Evandro Carreira — José Lindoso — Cattete Pinheiro — Jarbas Passarinho — Renato Franco — Alexandre Costa — José Sarney — Helvídio Nunes — Petrônio

Portella — Mauro Benevides — Wilson Gonçalves — Agenor Maria — Dinarte Mariz — Jessé Freire — Marcos Freire — Arnon de Mello — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Augusto Franco — Lourival Baptista — Heitor Dias — Luiz Viana — Ruy Santos — Vasconcelos Torres — Benjamim Farah — Danton Jobim —

Itamar Franco — Magalhães Pinto — Franco Montoro — Orestes Quércia — Benedito Ferreira — Lázaro Barboza — Itálio Coelho — Saldanha Derzi.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 36 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Durante o recesso, a Presidência recebeu as seguintes comunicações:

1) do Senhor Senador Nelson Carneiro, referente à sua participação na reunião do Parlamento Latino-Americano, realizada em Curaçau.

2) do Senhor Senador Gilvan Rocha, referente à sua participação no encontro promovido pelo Partido Democrata Cristão em Caracas, Venezuela, no período de 25 a 31 de julho do corrente ano.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A Presidência recebeu do Senhor Ministro de Estado da Fazenda o Aviso nº 341, de 8 de julho de 1976, encaminhando ao Senado Federal, nos termos do artigo 4º, § 6º da Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, relatório sobre a evolução da situação monetária e creditícia do País no ano de 1975.

A matéria será enviada às Comissões de Economia e de Finanças.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A Presidência comunica que, nos termos do art. 278 do Regimento Interno, determinou o arquivamento do Projeto de Lei do Senado nº 63, de 1976, do Senhor Senador Paulo Guerra, que dá nova redação ao parágrafo único do artigo 32 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966 (Código Nacional de Trânsito), alterado pelo Decreto-Lei nº 237, de 28 de fevereiro de 1967, que dispõe sobre as cores dos sinais luminosos, por ter recebido parecer contrário, quanto ao mérito, da comissão a que foi distribuído.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Sobre a mesa aviso do Ministro Chefe do Gabinete Civil da Presidência da República, que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

AVISO Nº 233/SUPAR-76

Em 02 de agosto de 1976.

Excelentíssimo Senhor Primeiro-Secretário:

Tenho a honra de solicitar a Vossa Excelência a devolução da Mensagem nº 196/76, com a qual o Excelentíssimo Senhor Presidente da República encaminhou projeto de lei que dispõe sobre o exercício profissional dos integrantes das categorias de artistas e técnicos em espetáculos de diversões, e dá outras providências.

O pedido de devolução que ora formulo a Vossa Excelência, presente a circunstância de não se ter ainda iniciado o processo de tramitação da referida Mensagem, tem por finalidade permitir que a sua apreciação se processe em prazo mais amplo, como prevê o caput do artigo 51 da Constituição.

Aproveito a oportunidade para renovar-lhe protestos de elevada estima e consideração. — Golbery do Couto e Silva, Ministro Chefe do Gabinete Civil.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — A Presidência atendendo à solicitação do Ministro Chefe do Gabinete Civil, determina a devolução à Presidência da República da Mensagem nº 57, de 1976-CN (nº 196/76, na origem).

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O Sr. 1º-Secretário vai proceder à leitura de aviso do Sr. Ministro dos Transportes.

É lido o seguinte

## AVISO DO MINISTRO DOS TRANSPORTES

Nº GM/18/76, de 23 de julho do corrente ano, encaminhando ao Senado informações daquele Ministério a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1975, do Senhor Senador José Esteves, que autoriza os Municípios localizados na Amazônia Legal a empregar suas cotas do Fundo Rodoviário Nacional no setor que especifica.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O expediente lido será encaminhado à Comissão de Transportes, Comunicações e Obras Públicas, que solicitou a diligência. (Pausa.)

Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º-Secretário.

É lido o seguinte

## OFÍCIO DO CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Nº 3.704/76, de 28 de julho, encaminhando ao Senado o Parecer do Conselho Federal de Cultura a respeito do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1974, do Senhor Senador Vasconcelos Torres, que disciplina a grafia e o uso de siglas e abreviaturas.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — O expediente que acaba de ser lido será despachado à Comissão de Educação e Cultura, que solicitou a diligência, juntamente com o processado do projeto.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos pelo Sr. 1º-Secretário.

São lidos os seguintes

## REQUERIMENTO Nº 328, DE 1976

Exmº Sr. Presidente do Senado Federal:

O Senador infra-assinado, com arrimo no art. 233 do Regimento Interno da Casa, requer a V. Exª, após audiência do Plenário, que seja inserido nos Anais do Senado Federal o editorial de *Tribuna do Ceará* — edição de 3 de junho — intitulado "Congresso de Advogados" — no qual é enaltecida a realização, em Fortaleza, de 8 a 11 de agosto, do 1º Congresso Norte-Nordeste de Advogados, que reunirá destacadas figuras dos círculos jurídicos do País.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — Mauro Benevides.

## REQUERIMENTO Nº 329, DE 1976

Excelentíssimo Senhor Presidente do Senado Federal:

O Senador infra-assinado, com fundamento no art. 233 do Regimento Interno em vigor, requer a Vossa Excelência a inserção nos Anais do Senado Federal do editorial do jornal *Tribuna do Ceará*, de Fortaleza, intitulado "Energia Grauita para Irrigação", no qual são feitas oportunas sugestões para maior alcance econômico e social da região nordestina.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — Mauro Benevides, Vice-Líder do MDB.

## REQUERIMENTO Nº 330, DE 1976

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, da palestra do Excelentíssimo Senhor Senador Magalhães Pinto, proferida na abertura do ciclo de palestras sobre o *sesquicentenário do Poder Legislativo* promovido pelo Instituto dos Advogados Brasileiros, e publicada no jornal *O Globo*, em 8 de julho de 1976.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO Nº 331, DE 1976

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do excelente trabalho jornalístico intitulado "Magalhães", do Jornalista Oyama Teles, publicado no Jornal Última Hora, em 18 de julho de 1976.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — Vasconcelos Torres.

## REQUERIMENTO Nº 332, DE 1976

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, a transcrição, nos Anais do Senado Federal, do excelente trabalho jornalístico intitulado "Petrônio", do Jornalista Oyama Teles, publicado no Jornal Última Hora, em 1º de agosto de 1976.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Nos termos regimentais, os requerimentos lidos serão submetidos ao exame da Comissão Diretora.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Lourival Baptista.

O SR. LOURIVAL BAPTISTA (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

No dia 26 do mês findo, o Governador José Rollemberg Leite inaugurava o sistema "Discagem Direta Internacional" (DDI), falando de Aracaju com o Dr. Ademar Dantas Brito, em Nova Iorque, membro da missão brasileira na ONU e ilustre filho de Sergipe.

Desde aquele dia, Aracaju passou a ser uma das cidades brasileiras a dispor do DDI, fato de evidente importância para a vida econômica do Estado. Pouco antes, no dia 23, o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, o Presidente da TELEBRÁS, General José Antônio Alencastro e Silva, e o Governador Elmo Serejo Farias inauguravam o DDI, ligando Brasília aos grandes centros do mundo.

Fatos como esses demonstram o progresso do nosso País, no setor das comunicações, num contínuo esforço de desenvolvimento que virá transformar o Brasil em grande potência.

No entanto, é necessário que solenidades como as realizadas no fim do mês passado, nesta Capital e em Aracaju, tenham realce, pois são de relevante significação para nosso futuro. Ninguém desconhece as gigantescas realizações de nossos governos no setor de comunicações, como igualmente é notória a imensa importância das comunicações para o progresso de qualquer país, e, assim, a melhoria do padrão de vida do povo. É o que tem afirmado com procedência e felicidade o Ministro Euclides Quandt de Oliveira, e foi demonstrado pelo ilustre Presidente da TELEBRÁS por ocasião da inauguração do DDI em Brasília, quando salientou a significação econômica do evento.

Discursando na solenidade realizada em Aracaju, o Governador José Rollemberg Leite, consciente da importância do acontecimento para o Estado, fez um retrospecto do sistema telefônico de Aracaju, mencionando o Sr. Deoclides Azevedo, que, disse o Governador, "implantou o sistema telefônico, na segunda metade deste século, com o interior do Estado, além do sistema da Capital, que funcionava para várias cidades e até para propriedades particulares do interior sergipano. Por precário que fosse, esse sistema prestou a Sergipe relevantes serviços".

Prosseguiu o Governador do meu Estado recordando ter o Sr. Deoclides Azevedo aberto mão, por volta de 1940, do restante do contrato para exploração do sistema telefônico, para que fosse implantado o sistema automático. Nenhuma empresa concorrendo, o próprio Deoclides Azevedo veio a implantá-lo em 1954, vinte anos depois.

Justa essa homenagem a um ilustre sergipano, homem de rara visão, que tanto fez por Sergipe, merecedor do reconhecimento do povo do meu Estado. Como justo é exaltar o trabalho da TELEBRÁS, através de sua primeira subsidiária, a TELERGIPE, sob a Presidência do Capitão Agnaldo Santos, que hoje permite a Aracaju dispor do DDI.

Congratulo-me com o eminente Presidente Ernesto Geisel e o Ministro das Comunicações, Comandante Euclides Quandt de Oliveira, bem como com o Governador José Rollemberg Leite pelo acontecimento do dia 26 de julho, desde quando Sergipe passou a dispor do mais moderno, eficiente e importante sistema de Discagem Direta Internacional, mais uma demonstração do inabalável propósito de integração nacional dos governos oriundos da Revolução de 64!

Muitos verão a solenidade ocorrida em Aracaju, sobre a qual ora falo, como meramente rotineira. Imperioso, no entanto, que jamais deixemos de ver e reconhecer o esforço incessante e sempre maior despendido pelo Governo Federal, em estreita colaboração com o Governo do Estado, no sentido de acelerar o processo de desenvolvimento integrado do País! (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Danton Jobim.

O SR. DANTON JOBIM (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Estávamos em recesso e, por essa razão, naturalmente, não encontramos eco, em nenhuma das Casas do Congresso, um fato que repercutiu intensamente no meu Estado, o Rio de Janeiro, a possível — talvez diria melhor — a denúncia certa do Almirante da Reserva José Celso de Macedo Soares Guimarães, como incurso no art. 36, da Lei de Segurança Nacional.

Só isso explica não haja repercutido no Congresso esse triste episódio, no qual se acha envolvido outro Ministro de Estado, o Secretário do Planejamento, que foi alvo de críticas do acusado, em declarações feitas à Imprensa.

O caso, dentro em breve, estará sub judice, pois o honrado Procurador Rui de Lima Pessoa já revelou que vai apresentar denúncia, como, aliás, terá de fazer por força de ofício.

O que duvidamos é que um homem de amplos conhecimentos e considerável tirocínio como S. Ex<sup>a</sup>, rebuscando nos refolhos de sua consciência jurídica, ali venha encontrar justo fundamento, não só para submeter o caso à Justiça Militar, mas, ainda para sustentar que a injúria de que se julgou agravado o Sr. Reis Velloso pode ter sido assacada contra a pessoa do alto funcionário do Governo protegido pela Lei de Segurança e não contra a individualidade moral do ofendido.

Na primeira hipótese, o membro do Governo considera-se protegido pela lei especial, mas, na segunda, a pessoa do injuriado deveria recorrer à Justiça Civil, como qualquer cidadão.

Sem dúvida, bem, além de outras considerações, lhe ficariam essa atitude de humildade e esse gesto democrático. Mesmo que lhe coubesse a opção entre os dois caminhos, o Ministro agiria com elegância despidendo-se de prerrogativas que, no seu entender, lhe era lícito invocar numa contenda que se armou entre S. Ex<sup>a</sup> e um ilustre Oficial General das Forças Armadas, ora na reserva mas com inegáveis serviços prestados ao País.

A Justiça Militar tem competência específica para julgar delitos militares ou de subversão da ordem institucional.

Entretanto, será que se trata, no caso, de um crime de natureza militar ou de um ato que abale as instituições?

Não, evidentemente. Se a injúria houve, não teve qualquer endereço político ou conteúdo subversivo. Antes foi à pessoa de alguém, que eventualmente ocupa uma posição de Ministro, mas não é, por si mesma, o Governo, o Estado, o Poder, as Instituições.

A época do *L'État c'est moi* já passou há séculos.

Que ressonância teve a palavra usada pelo acusado — perguntaria o juiz, como deveria perguntar o Procurador — na

sociedade em que vivemos? Terá causado, porventura, qualquer comoção ou qualquer estrago na solidez do edifício do Estado, e terá representado igualmente uma real ameaça à segurança da Nação?

*Longe de nós prejudicar uma causa sem conhecê-la em seus pormenores. O que sustentamos, tão-somente, é a impossibilidade de converter um excesso de linguagem — concedamos que o tenha sido — num atentado à segurança do Estado.*

Se um Ministro sofre amanhã um desacato pessoal, nem por isso terá de se recolher ao abrigo da Lei de Segurança e bater às portas da Justiça Militar. *Recorre, sensatamente, aos tribunais comuns.* Mais de um, Sr. Presidente, agiu desse modo e poupou-se, com isso, à pecha de arrogância.

O Sr. Reis Velloso é um homem de talento, mas ainda é jovem. A vida lhe ensinará muitas coisas. Não foi seminarista, como o Sr. Roberto Campos, seu antecessor e mestre, superatacado pelos opositores de sua política, este é que deve ter lido e meditado esta passagem de São Bernardo: "Assim como nem tudo que nos agrada é lícito, assim nem tudo que é lícito é conveniente".

**O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — RJ) —** Permite V. Ex<sup>a</sup> um aparte?

**O SR. DANTON JOBIM (MDB — RJ) —** Com muito prazer.

**O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — RJ) —** Eu estive me contendo para não interromper o seu discurso, mas chega a um ponto, — quando V. Ex<sup>a</sup> focaliza um ex-Vereador do Município de Maricá, o Almirante Macedo Soares, em que me vejo na contingência de pedir a sua atenção para um pequenino reparo. Primeiro, quanto ao Ministro Reis Velloso, que ainda, disse V. Ex<sup>a</sup>, não tem a experiência, não teria vivido o suficiente para compreender que certas frases não chocam, não magoam. O Ministro Reis Velloso já tem experiência na própria carne, está pagando pelo esforço hercúleo, terrível que desenvolve. Pela sua família, já estaria no recesso do lar. Quer queiram ou não é uma das excelentes figuras deste País, talvez um tecnocrata, no bom sentido da palavra. Friso no bom sentido da palavra, porque é um tecnocrata que conversa com o político, que aceita sugestões. Não partiu de S. Ex<sup>a</sup> nenhum pedido para o enquadramento do Almirante Macedo Soares na Lei de Segurança Nacional. É o sistema. Não estou falando em nome da Liderança, mas quero deixar bem patente — penso assim — que ninguém poderia chamar o Almirante Macedo Soares de subversivo. Conheço-o, nobre Senador Danton Jobim. É uma excelente figura humana, um trabalhador, um homem que quando se aferra a determinados princípios desce a ladeira, sem freio. É um Macedo Soares. E um Macedo Soares, no Estado do Rio, às vezes, ou é um grande engenheiro, um grande militar, ou um destemperado verbal. Inclusive, tem exercido várias atividades. Ultimamente, no campo editorial, tirou a Livraria Francisco Alves, na Rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro, da quase decadência para o pináculo no mercado livresco brasileiro. Quanto ao fato de S. Ex<sup>a</sup> ter tido uma palavra acre, difícil, em relação ao Ministro Reis Velloso — e afirmo a V. Ex<sup>a</sup> que só o aparteio por um dever de decência parlamentar, em estar ouvindo V. Ex<sup>a</sup> falar sobre uma figura e eu não dar um depoimento sobre a cultura, a dignidade, o patriotismo, do Almirante Macedo Soares, um dos homens que, no Clube Naval antes de 31 de março de 1964, estavam apaixonadamente debatendo, um homem que se encontrava no campo, na crista dos acontecimentos — tenho a impressão de que o Ministro Armando Falcão cumpriu rigorosamente o seu dever, deu oportunidade ao Almirante Macedo Soares de se justificar. Eu que sou, como V. Ex<sup>a</sup>, um devorador de jornais pela manhã, já vi que o Almirante Macedo Soares deu a interpretação autêntica das suas palavras: não quis injuriar, foi para o positivismo de Augusto Conte, e deu à palavra, que foi pesada, um sentido diferente. Quero crer que tudo foi uma tempestade num copo d'água. O Ministro Armando Falcão cumpriu rigorosamente, repito, com o seu dever. Não foi o Ministro Reis Velloso, mas o sistema, que não pode ficar assim sendo alvo de injúrias, principalmente no campo moral, com palavras perniciosas. O

Almirante Macedo Soares já disse que não quis ofender, então, praticamente, é um pré-julgamento. V. Ex<sup>a</sup> vem à tribuna, focaliza o assunto, e eu preferiria, talvez, que não o fizesse, porque teria de apartear-lo para dar um depoimento sobre o Almirante Macedo Soares, não seria correto que silenciasses, porque meu amigo pessoal, como eu também sou amigo do Ministro João Paulo dos Reis Velloso. Faço votos para que o incidente já esteja superado depois das palavras esclarecedoras daquele que, agora, é um réu perante o Superior Tribunal Militar. Ninguém acoimou o meu prezado amigo Almirante Macedo Soares de subversivo. No particular, não se pode tumultuar o feito. Foi apenas capitulado como um homem que injuriou um Ministro de Estado. Espero alcançar o perdão de V. Ex<sup>a</sup> pelo aparte longo, mas eu não seria decente comigo mesmo se não dissesse estas palavras a V. Ex<sup>a</sup>.

**O SR. DANTON JOBIM (MDB — RJ) —** Agradeço ao meu nobre amigo, o ilustre Senador pelo meu Estado, o Sr. Vasconcelos Torres, o aparte que acaba de proferir. Devo dizer, porém, que quando ele fala em sistema é evidente que entende sistema jurídico, uma vez que se trata de questão que vai ser levada aos tribunais, e o que a tradição do sistema jurídico brasileiro consagra é, precisamente, que se torna indispensável a requisição da autoridade ofendida, para que, em favor dela, o Ministro da Justiça possa intervir nos tribunais, requisitando uma denúncia do Ministério Público. Esta tem sido a tradição. Não basta, evidentemente, ou não bastaria que o Ministro da Justiça tivesse tomado uma decisão a respeito do assunto. Era necessário que essa decisão fosse, como deve ter sido, antecedida por um pedido da autoridade supostamente ofendida.

Outras qualidades que ele atribui ao Ministro do Planejamento, não sei eu quem vai negá-las. Sem dúvida, S. Ex<sup>a</sup> tem dado demonstração de que faz jus, precisamente, àquelas considerações que aqui fiz no início do meu discurso, a respeito da sua personalidade.

**O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — RJ) —** Senador Danton Jobim, uma pequena frase: fato, juridicamente, está rigorosamente certo porque o Almirante Macedo Soares tem foro privilegiado. Não se podia fazer na Justiça comum aquilo que a lei disse que tem que ser na esfera da Justiça Castrense.

**O SR. DANTON JOBIM (MDB — RJ) —** A lei não diz precisamente isso, mas, evidentemente, este é o sentido da argumentação do meu discurso.

Citava eu São Bernardo, que nos deixou escrito o seguinte:

"Assim como nem tudo que nos agrada é lícito, assim nem tudo que é lícito é conveniente."

Sera conveniente a um Ministro de Estado andar processando os que o incomodam com suas críticas ou com suas farpas? O lugar eminente que ocupa, como membro do Governo, não aconselha a que ele se exponha com tolerância e resignação a críticas, mesmo as que sejam manifestamente injustas?

O Almirante José Celso de Macedo Soares Guimarães, fluminense de quatro costados, tem bons serviços prestados à Nação, na sua carreira e fora dela. Não vamos lembrá-los agora. Queremos ressaltar apenas que se trata de uma grande cultura, de um estudioso dos problemas nacionais, que em boa hora se voltou para o colunismo jornalístico, segundo o exemplo de seu tio, e meu mestre inesquecível, o incomparável José Eduardo de Macedo Soares.

José Celso, porém, não faz jornalismo político no plano partidário. Levanta questões, equaciona problemas, sustenta teses, das quais podemos discordar, sem negar, entretanto, as qualidades do articulista e os vastos conhecimentos que este logrou acumular numa vida cheia, toda ela debruçada sobre a realidade nacional.

Divirjamos, se quisermos, de homens como esse. Mas respeitemo-los no ardor, no ímpeto e na pugnacidade com que defendem suas idéias.

Era o que tinha que dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Augusto Franco.

**O SR. AUGUSTO FRANCO** (ARENA — SE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Durante dois dias, Sergipe recebeu a visita do Presidente Nacional da ARENA, Deputado Francelino Pereira. Não se poderia esperar, evidentemente, que o dirigente arenista efetuasse milagres, alterasse fundamentalmente a estrutura de um Partido, dando-lhe, com uma simples visita, uma feição diversa das suas características. Não se pode negar contudo, que a presença do Deputado Francelino Pereira, em Sergipe, foi extremamente proveitosa para os objetivos do Partido situacionista, especificamente no que se refere à execução de uma estratégia partidária com vistas às eleições de novembro. Participando das convenções municipais em Aracaju e Boquim, visitando ainda a Cidade de Lagarto e mantendo amplos contatos com o Governador José Rollemberg Leite e líderes políticos, o Presidente Nacional da ARENA marcou a sua presença em Sergipe com uma convocação geral para uma maior participação. Para uma mais ampla integração de todos os arenistas na campanha eleitoral. Transmitiu, igualmente, orientações objetivas e proveitosas. A visita a Sergipe do Deputado Francelino Pereira terá, por isto mesmo, uma consequência direta para o resultado do pleito de novembro. O dirigente arenista usou nos discursos que fez, ou nas entrevistas concedidas, uma linguagem sempre clara e realista. O Deputado Francelino Pereira mostrou, sobretudo, que aos políticos e, com maior dose de responsabilidade, aos políticos arenistas cabe a tarefa de responder à convocação feita pelo Presidente Geisel, desempenhando plenamente o papel que se lhes impõe na busca de soluções criativas, na tarefa de aperfeiçoar as estruturas políticas. Para isto, destacou o Presidente arenista que nenhuma oportunidade seria mais apropriada do que a fase eleitoral, quando os Partidos empenhados na conquista dos eleitores estabelecem maiores vínculos de identificação com o povo, e, assim, se transformam nos instrumentos legítimos de interpretação das aspirações populares.

Inegavelmente, a ARENA sergipana, com a visita do Presidente Francelino Pereira, recebeu um novo alento, adquiriu mais confiança, começou a desenvolver uma ação mais agressiva.

Acentuando a necessidade de valorização da atividade política, e, conseqüentemente, do político, o Deputado Francelino Pereira ressaltou, em Aracaju, o fato de estar o Governador sergipano José Rollemberg Leite perfeitamente integrado aos objetivos partidários, e, sem comprometimento da máquina administrativa, participando do esforço eleitoral que agora se realiza.

A presença do Deputado Francelino Pereira em Sergipe foi, a meu ver, ainda mais válida, por realçar o fato de que não podem existir agremiações políticas sem a ação política, preconizando, por conseguinte, uma maior identificação da ARENA com o povo, o abandono de concepções distanciadas da realidade e apenas encasteladas em círculos reduzidos de cúpulas, sem relacionamento com as aspirações e os objetivos reais da sociedade.

Em Sergipe, acredito, a ARENA corresponderá melhor aos propósitos enunciados pelo Deputado Francelino Pereira, na medida em que, superando eventuais discórdias, vencendo possíveis preconceitos, se tornar um instrumento dinâmico, a defender as transformações econômicas e sociais que o Estado está inegavelmente a exigir. Na medida exata em que a ação partidária da ARENA sergipana se identificar mais profundamente com uma agressiva política de desenvolvimento, aí, então, o Partido estará correspondendo melhor ao seu papel, estará apto a enfrentar, com redobrado êxito, o julgamento popular.

Era o que tinha que dizer. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Benjamim Farah.

**O SR. BENJAMIM FARAH** (MDB — RJ. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ocupo esta tribuna para fazer um registro: nas férias de julho, precisamente no dia 6, faleceu, no Rio de Janeiro, o leiloeiro Afonso Nunes.

Trago para cá este nome, porque se trata de uma das pessoas queridas da cidade do Rio de Janeiro. Estimado por vários setores, não só da cultura, o político, muito estimado entre os magistrados brasileiros, e os setores populares. Ele foi leiloeiro e agia mais como conselheiro do que como simples homem do comércio. Foi Presidente do Sindicato da Classe, Deputado Estadual pela ARENA — e veja V. Ex<sup>a</sup>, Sr. Presidente, que é um representante da Oposição que exalta, aqui, uma figura que pertenceu a outro Partido, tal era a ligação que ele tinha conosco. Não tinha fronteiras para a sua amizade, para a sua comunicação.

Foi, como disse, Deputado e como Deputado exerceu a função de 4º Secretário da Assembléia Legislativa. No desempenho de seu mandato, em que foi eficiente e correto, soube cumprir com o seu dever, estando sempre atento aos problemas do povo da antiga Guanabara.

Era querido por diversas instituições, dentre elas, a Academia Brasileira de Letras que lhe concedeu a "Medalha Machado de Assis", como grande benfeitor. Igual título recebeu também de várias irmandades, como a Irmandade São Jorge, de Nossa Senhora do Carmo e da Beneficência Portuguesa. Fundou, com o Marechal Mendes de Moraes, a "Casa do Filho do Tuberculoso". Como Presidente do Sindicato dos Leiloeiros da antiga Guanabara, defendeu a classe e tudo fez para que fosse reconhecida a importância dos pregões, nas alienações dos patrimônios públicos e privados. Respeitado por seus colegas, gozando também de ótimo conceito entre juizes, advogados e demais militantes do Foro, e fazendo amigos por onde quer que se apresentasse, Afonso Nunes cumpriu uma arrojada, invulgar e brilhante trajetória.

Por isso, quando ele morreu foi, muito grande o número de pessoas de vários campos de atividades que ali estiveram para levar-lhe o abraço e as últimas homenagens.

Afonso Nunes, Sr. Presidente, além de ter sido um bom amigo, um amigo de coração sempre aberto às boas causas, foi também um chefe de família estimadíssimo, extremado, um chefe de família exemplar, digamos assim. Como prova disso, trago aqui uma carta de uma de suas netas, Sandra, a qual vou ler, porque traz o retrato de uma família bem organizada, muito estimada na antiga Guanabara, hoje Estado do Rio de Janeiro.

Sensibilizo-me muito com esses problemas, sobretudo porque hoje, a família está tão ameaçada por tantas fantasias e tantas causas perigosas que tentam despedaçá-la. Quando nós notamos esse amor — porque só o amor é que pode unir a família — quando notamos esse carinho, esta ternura que vem de um filho, de um neto, ficamos sinceramente sensibilizados.

E aqui está a carta de uma de suas netas, Sandra, que é muito inteligente; diz o seguinte:

"Vovô, sua falta é imensa. Tudo aqui ficou um grande vazio. Seu lugar na mesa, agora, não tem ninguém para brigar conosco. Não temos tudo que tínhamos antes. Para mim o senhor nunca morreu. Ficará sempre em minha mente e, principalmente, em meu coração. A distância que nos separa é imensa, mas não haverá esquecimento. O senhor sempre foi uma criatura dedicada a seu trabalho e a sua família, pensava sempre no dia de amanhã. Agora nós vamos continuar a viver por nós e pelo senhor. O senhor viveu, foi um ótimo marido, um ótimo pai e maravilhoso avô. Tudo que tenho em mente, de sabedoria e pouca vivência, devo ao senhor. Amigos o senhor teve muitos, queridos e sinceros. Saudades sentiremos muitas, mas, apesar do senhor ter partido, ficou a sua imagem e uma grande saudade em todos os corações. Para que dizer adeus, se para mim o senhor não

morreu? Tchau, vovô, que Deus o leve para o melhor lugar do Céu, pois o senhor bem o merece. Um beijo da neta que sempre o amou e amará."

**O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — RJ) — V. Exª** me permite um aparte, nobre Senador Benjamim Farah?

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) —** Vou permitir já.

De modo que, Sr. Presidente, esta carta de uma de suas netas que, como disse, é uma mocinha inteligente, culta, é o retrato daquele ambiente familiar que Afonso Nunes, com sua imensa bondade, seu imenso coração, soube arquitetar ao longo de sua vida. Quis trazê-la para cá porque, todas as vezes que nós pudermos defender a família, conforme disse, constantemente ameaçada nos tempos presentes, nós o faremos com o maior prazer, com o maior entusiasmo. Acolho o aparte do nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O Sr. Vasconcelos Torres (ARENA — RJ) —** Queria que V. Exª permitisse que acrescentasse às suas emocionadas palavras, a do Representante da Aliança Renovadora Nacional do Estado do Rio de Janeiro, neste preito de saudade a um dos homens bons deste País. Eu acrescentaria que, no distrito de Iguaba, no Município de São Pedro de Aldeia, que era assim como a sua segunda terra, lá naquela zona turística e ao mesmo tempo de pescadores, há um vazio, há um homem que fará falta naquele convívio ameno, daquela comunidade tão simpática da região dos lagos fluminenses, onde Afonso Nunes desfrutava de uma situação de proeminência. Era um cidadão que ia ao armazém, que ia à praia e que, na casa que construiu para o seu descanso, recebia os homens mais humildes do povo, que o estimavam. Não sei se V. Exª sabe, ali naquele distrito tão querido, ele exerceu várias vezes o papel de conselheiro. Essa carta deixou-me profundamente emocionado. Ele era — num termo de Direito Romano, o *pater familias*, um pai de família de todos aqueles que ali, ao redor da sua casa, se congregavam nos fins de semana; e não só nos fins de semana, pois as suas atividades eram intensas, toda vez que lá aparecia para buscar descanso e tranquilidade, esse descanso e essa tranquilidade, praticamente nunca os teve, porque surgia sempre um problema. Quero dizer, Senador Benjamim Farah, que várias pessoas receberam benefícios diretos e indiretos do ex-parlamentar, do leiloeiro público: dinheiro, internação em hospital, emprego, condução. O seu carro várias vezes serviu de ambulância para transportar doentes de Iguaba para Niterói ou para o Rio de Janeiro. Ouvindo V. Exª, se eu não dissesse isso, estaria pecando por omissão. Sei, inclusive — e V. Exª tem conhecimento de que dentro do Estado do Rio conheço as pessoas e as coisas — que ele era seu grande amigo. Perdoe-me neste instante triste dizer que, numa hora amarga de V. Exª, em que o coração de pai fora ferido quando todos nós estivemos ao seu lado, em solidariedade cristã, ele também esteve.

E se foi conselheiro de Iguaba, daquela gente humilde, era também conselheiro de parlamentares. Ele ajudou V. Exª sentimentalmente. Perdoe-me, não devia fazer isso, mas é a melhor homenagem que posso prestar a ele, lembrando-o. Era um amigo de V. Exª, e eu, por ser também seu amigo, seu colega de representação fluminense, me reporto ao fato, não para mencioná-lo em si, mas para enaltecer a grandeza dessa alma maravilhosa. Se é fato que os mortos cada vez mais governam os vivos, ele está presente aqui, governando as palavras de V. Exª e orientando o aparte que neste instante V. Exª me concedeu a honra de proferir.

**O SR. BENJAMIM FARAH (MDB — RJ) —** Muito agradeço nobre Senador Vasconcelos Torres, o aparte de V. Exª. Ele era realmente isso que V. Exª está dizendo: um homem muito estimado. E não só no Rio de Janeiro, mas também no Estado do Rio.

Na verdade, ele possuía uma grande casa, uma vivenda bonita em Iguaba Grande, na região dos Lagos e, naquela faixa toda, Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro de Aldeia, Cabo Frio, todos gostavam muito de Afonso Nunes, porque ele só sabia fazer amigos e todos os seus atos eram inspirados no coração.

Por isso Sr. Presidente, foi uma grande perda a morte de Afonso Nunes. Quero consignar aqui meu pesar e o da minha Bancada e, tenho certeza, o pesar também da ARENA, pois fala uma das figuras mais autorizadas desse Partido, sobretudo um representante do Estado do Rio, o nobre Senador Vasconcelos Torres.

Esta homenagem é dos dois Partidos. Esta homenagem é do povo do Estado do Rio. Esta homenagem é do Senado, por isso mesmo de todos os brasileiros que admiram os homens bons, generosos, que não são possuídos de egoísmo e que sabem trazer sempre uma mensagem de amizade, de esperança para todos os corações, até mesmo para os corações desalentados.

Afonso Nunes foi um homem bom, justo, digno, que mereceu sempre o respeito e a admiração do seu povo, e agora vive na lembrança de todos aqueles que o conheceram e na esperança de que os seus exemplos ficarão orientando, não só os seus companheiros de Partido, mas aqueles que querem viver através da amizade, do respeito e da compreensão. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) —** Concedo a palavra, para uma breve comunicação, ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ.** Por delegação da Liderança, para uma breve comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

*Sou de um tempo parlamentar em que se registrava o aniversário do Presidente da República. No Palácio Tiradentes, quando o Marechal Dutra comemorava seu natalício, Armando Falcão ou outros líderes requeriam comissão para fazer uma visita ao Primeiro Mandatário do País e expressar os votos de felicitações do Congresso. Ultimamente, ao que a memória possa não falhar, não tenho ouvido mais esses registros, não sei porquê.*

Mas hoje, em circunstância especial, entendi que deveria erguer-me da bancada e pedir vênua a V. Exª para assinalar a efeméride que não pertence diretamente ao natalício, mas é de todo o País, não é só da Aliança Renovadora Nacional, é numa circunstância especial em que o *Chefe do Governo* se afirma como Líder e enfrenta problemas não diria graves, mas sérios, decorrentes da conjuntura mundial.

O melhor presente que o General Ernesto Geisel terá recebido no dia de hoje, é o resultado da pesquisa que foi feita pelo "Gallup Institui", em que nos centros onde há a chamada cultura política, seu nome aparece como o preferido, como o Líder, como a figura simpática, como o executante, de um Governo ótimo, não só no meu Rio de Janeiro, como nessa fabulosa cidade de São Paulo. E nas estatísticas comparativas, em ascensão cada vez maior, não no ângulo da popularidade, óptica com que S. Exª não se preocupa. Mas isto, Sr. Presidente, tem um significado muito grande, quando se ouve, principalmente pelas vozes agourentas deste País, que está tudo mal, está tudo difícil, que o custo de vida é insuportável, e uma série de fatores negativistas apontados por um pequeno grupo que interpreta, certamente, o seu ponto de vista pessoal, mas que não se afina com o do homem da rua, nem com aquele que é pesquisado pelos órgãos que investigam a opinião pública.

A esse homem austero, a esse estadista que, sem suspeitar, preparou-se para o árduo mister de ser Presidente da República, versado com estudos desde os primórdios da Revolução de 1930, quando foi encaminhado, por um dever funcional, para a Paraíba, depois dos altos postos que ocupou no Exército por todos os quadrantes da nossa Pátria, tendo dentro do seu coração uma visão completa dos problemas brasileiros, a essa figura de cidadão, a esse homem que, Sr. Presidente, é sob todos os pontos de vista um padrão moral, um exemplo ufanal, um farol a indicar os caminhos daqueles que amam a nossa estremecida terra, quero, nesta data, registrar, acho que não individualmente, mas, pelo menos, se o Líder Petrólio Portella me permitir, em nome da Maioria do Senado, registrar esse acontecimento grato a toda a família brasileira, ao chefe de família, ao pai, ao esposo, ao grande líder, a esse que, sem quebra

das suas graves responsabilidades, há poucos dias se transferiu para o Rio de Janeiro sem alterar o seu ritmo de trabalho, para demonstrar o quanto é humano e o quanto pertence a nós, da família brasileira.

Essas minhas palavras, peço a V. Ex<sup>a</sup> que constem dos nossos trabalhos, numa homenagem ao grande Chefe de Estado que se afasta das comemorações, tem um protocolo rígido, mas que tem a data enaltecida por um homem que está a seu lado e que desdobra esforços e enfrenta vigílias para que, na eleição de 15 de novembro de 1976, haja realmente um plebiscito. Eu penso assim; e daqui, por pensar assim, registro a efeméride pedindo ao povo brasileiro que, em 15 de novembro, dê um *sim* ao Presidente Geisel. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Na forma regimental, o pronunciamento de V. Ex<sup>a</sup> constará da Ata da presente sessão e, na oportunidade, desejo comunicar ao Plenário que hoje, como Presidente do Senado, comparecerei ao Palácio do Planalto a fim de cumprimentar Sua Excelência o Senhor Presidente Ernesto Geisel, pelo transcurso de seu aniversário.

#### COMPARECEM MAIS OS SRS. SENADORES:

José Esteves — Fausto Castelo-Branco — Domicio Gondim — Dirceu Cardoso — João Calmon — Amaral Peixoto — Nelson Carneiro — Otto Lehmann — Mendes Canale — Accioly Filho — Mattos Leão — Evelásio Vieira — Otair Becker — Daniel Krieger.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Está terminado o período destinado ao Expediente.

Estão presentes, na Casa, 50 Srs. Senadores.

Havendo número regimental para votação, passa-se à

### ORDEM DO DIA

#### Item 1:

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1975, do Senhor Senador Nelson Carneiro, que estende o disposto no § 2º do art. 38 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, com a redação que lhe deu a Lei nº 5.890, de 8 de junho de 1973, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 324, 325 e 326, de 1976, das Comissões:

— **de Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade;

— **de Serviço Público Civil**, favorável; e

— **de Finanças**, favorável.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão de 1º do corrente, tendo a votação adiada por falta de **quorum**.

Passa-se à votação do projeto, em primeiro turno.

Sobre a mesa, requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

#### REQUERIMENTO Nº 333, DE 1976

Nos termos do art. 350, combinado com a alínea "c", do art. 310 do Regimento Interno, requero adiamento da votação do Projeto de Lei do Senado nº 181, de 1975, a fim de ser feita na sessão de 2 de setembro próximo.

Sala das Sessões, em 3 de agosto de 1976. — *Mauro Benevides*.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria figurará na Ordem do Dia da sessão do dia 2 de setembro.

#### O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto) — Item 2:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1976 (nº 741-B/75, na Casa de origem), que acres-

centa dispositivo ao Código Nacional de Trânsito para permitir a livre circulação de veículos com multas pendentes de julgamento, tendo

PARECER FAVORÁVEL, sob nº 264, de 1976, da Comissão

— **de Constituição e Justiça**.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, vou encerrar a discussão.

Está encerrada.

Em votação o projeto.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Rejeitado.

Após a devida comunicação à Câmara dos Deputados, o projeto será arquivado.

É o seguinte o projeto rejeitado:

#### PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 19, DE 1976 (Nº 741-B/75, na Casa de origem)

**Acrescenta dispositivo ao Código Nacional de Trânsito para permitir a livre circulação de veículos com multas pendentes de julgamento.**

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Acrescente-se ao art. 110 da Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966, o seguinte parágrafo único:

"Art. 110. ....

Parágrafo único. Os veículos automotores em débitos de multas poderão ter a licença renovada, receber a respectiva plaqueta e circular livremente, quando as penalidades impostas estiverem pendentes de julgamento."

Art. 2º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia.

Ainda há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides.

**O SR. MAURO BENEVIDES** (MDB — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O Município de Morada Nova, no Ceará, comemorou, ontem, em meio a significativas festividades, o transcurso do primeiro centenário de sua instalação.

O evento, pela extraordinária expressividade histórica de que se reveste, reuniu naquela comuna autoridades estaduais, convidados e ilustres moradanovenses, que para lá se deslocaram a fim de participar da vasta programação elaborada.

De todos os recantos do País, foram muitos os ali nascidos que se fizeram presentes ao acontecimento, rememorando aspectos da luta autonomista, que culminou com a elevação do antigo povoado à condição de Vila.

Para registrar indelevelmente todos os fatos que assinalaram a emancipação de Morada Nova, o jornalista Geraldo da Silva Nobre fez circular um livro de sua autoria, constante da Coleção "Estudos Cearenses", editado pela Gráfica Editorial Cearense.

Na introdução ao seu alentado trabalho, destaca o renomado autor:

"A proximidade do transcurso do primeiro centenário de criação do Município fez surgir a idéia de pesquisar o seu passado, à busca de informações que ampliassem os poucos conhecimentos a respeito encontrados em alguma ou outra publicação. À primeira vista, um século de existência é tempo deveras reduzido para uma perspectiva histórica, porém excitava a curiosidade a circunstância de que Morada Nova



possui uma população ordeira e progressista, com nativos ilustres e realizações notáveis, devido, presumivelmente, a fatores ambientais, ainda não estudados."

Todas as ocorrências que marcaram o surgimento da antiga Vila até a sua ereção à condição de município dos mais progressistas, vão relatadas por G. S. Nobre, num esforço de pesquisa realmente notável, que haverá de receber os aplausos generalizados dos setores culturais e da opinião pública do Estado.

Após a criação da Paróquia do Divino Espírito Santo, a Assembléia Provincial do Ceará decidiu, afinal, concretizar antiga aspiração dos moradanovenses, acolhendo projeto de lei submetido à sua apreciação, e sancionado pelo Presidente da Província, desembargador Francisco de Farias Lemos.

A Lei, que recebeu o número 1.719, passou a vigor em 2 de agosto de 1876, ensejando a que se iniciasse, efetivamente, toda uma tradição gloriosa, que vem sendo preservada por sucessivas gerações.

A nova Vila, instituída sob a denominação de Espírito Santo, somente passaria a ser Morada Nova a 20 de setembro de 1893, mediante a Lei nº 107, daquele ano.

Recorde-se que o primeiro passo para tornar exequível a instalação do novo Município seria a eleição dos membros da Câmara de Vereadores, sendo sufragados pelos seus conterrâneos e a seguir eleitos para a importante função os seguintes proprietários rurais:

Capitão Manuel Antônio Ferreira Nobre, Eduardo Henrique Girão, Alferes José Carneiro de Souza, João Mateus Regino de Oliveira, Capitão José Crisóstomo de Souza, José Raimundo Evangelista e Antônio Elias Saraiva de Brito.

Detentor da confiança de seus pares, o Capitão Manuel Antônio Ferreira Nobre ascendeu à Presidência da Câmara, deslocando-se, em seguida, até a Vila de São Bernardo das Russas a fim de prestar o juramento de estilo, à época exigido pelos textos legais que disciplinavam a matéria.

A 26 de janeiro de 1877, era expedido ato de constituição do termo judiciário de Morada Nova, sendo Presidente da Província o desembargador Caetano Estelita Cavalcante Pessoa.

É certo que a luta em prol de sua autonomia política reclamou o empenho patriótico de todos os filhos de Morada Nova.

Já, porém, no ano seguinte ao de sua instalação, defrontava-se a nova comuna — e de resto todo o povo cearense — com a grande seca dos "3 sete", que exigiu esforços inauditos de milhares de nordestinos para reduzir os graves efeitos da calamitosa intempérie.

Um ano antes, chuvas prolongadas inundaram grande parte do território da Vila do Espírito Santo, dando lugar a que o Imperador socorresse as populações atingidas com a doação de um conto de réis, feita através do Presidente da Província.

As crises climáticas — ora os invernos abundantes ora as secas prolongadas — passaram a marcar, pelo sofrimento e a angústia, a existência estóica daquela área do território cearense.

Ainda agora, Sr. Presidente, extensa faixa do município se acha assolada pela estiagem, notadamente o distrito de Ibiutinga, anteriormente denominado de Areias Brancas, exigindo a abertura de frente de serviço, na qual se acham alistados dois mil homens, padecendo todos eles as maiores vicissitudes, a exemplo do que ocorria com os seus ascendentes.

Aliás, Sr. Presidente, nesta mesma Tribuna, já tive oportunidade de focalizar algumas vezes a atual situação de Morada Nova.

Primeiramente, ao comentar o projeto de irrigação que ali vem sendo levado a efeito pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, cujo perímetro foi, inclusive, demoradamente visitado pela Comissão de Assuntos Regionais, presidida pelo Senador Cattete Pinheiro.

E logo depois para reclamar providências governamentais no sentido de ser asfaltado o trecho rodoviário Cristais—Morada Nova, com 70 quilômetros de extensão, permitindo a ligação com a BR—116.

Felizmente, o apelo caminha para o seu integral acolhimento, graças a recursos consignados pelo POLONORDESTE, em convênio com o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem.

Incrustada na região jaguaribana e banhada pelo Rio Banabuiú, Morada Nova cresce continuamente, impulsionada pela ânsia desenvolvimentista que domina a sua gente.

O projeto de irrigação, implantado com pleno êxito pelo DNOCS, vem sendo apontado como vigoroso impulso ao progresso daquela comuna, representando, por outro lado, testemunho inequívoco da importância do processo irrigatório para assegurar condições de sobrevivência tranqüila ao Nordeste brasileiro.

A experiência que vem sendo posta em prática ali, por parte do Ministério do Interior, é objeto de meticolosos estudos pelos técnicos em matéria agrária, que serão reavaliados para aplicação em outras faixas territoriais localizadas no Polígono.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com prazer, nobre Senador.

O Sr. Agenor Maria (MDB — RN) — Peço permissão a V. Exª para inserir no discurso as minhas congratulações ao povo de Morada Nova e registrar, com muita alegria, que já existe um projeto agrícola pioneiro que vem, realmente, concorrendo para o desenvolvimento da agricultura de toda aquela área. Muito obrigado a V. Exª

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Agradeço o aparte de V. Exª, nobre Senador, que já teve o prazer de visitar Morada Nova quando, como integrante da Comissão de Assuntos Regionais, ali estive, em maio último, visitando o projeto de irrigação levado a efeito pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas.

Acresce notar que, desde as suas origens, os moradanovenses têm dado mostras de sua formação democrática, abraçando entusiasticamente aquelas causas que mais sintonizam com as aspirações libertárias de nossa gente.

No último pleito, por exemplo, obtive, entre o seu eleitorado, uma maioria de quase 6.000 sufrágios, resultado que repercutiu intensamente nos círculos políticos cearenses.

Das festas centenárias, acha-se ausente, porque hospitalizado em São Paulo, o Deputado Manoel de Castro Filho, pertencente à Aliança Renovadora Nacional, que, por exercer uma liderança firme e incontestável, tem sido sucessivamente escolhido para representar o município na Assembléia Legislativa, desde a legislatura que se seguiu à redemocratização do País, em 1947.

Impossibilitado, em razão da reabertura do período de trabalhos desta Casa, de assistir às referidas comemorações, deleguei poderes ao Presidente do Diretório do meu Partido, Sr. João de Deus Girão, para levar a minha mensagem de saudação a todo o bravo povo de Morada Nova, pela passagem da magna efeméride.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Permite V. Exª um aparte?

O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE) — Com todo o prazer, nobre Senador.

O Sr. Evandro Carreira (MDB — AM) — Nobre Senador Mauro Benevides, quero associar-me a estas homenagens que V. Exª presta a Morada Nova. Estive lá, também integrando a Comissão de Assuntos Regionais, e pude sentir a hospitalidade daquele povo, pude sentir o desejo, o anseio de realização daquele povo, e pude também ver aquelas reminiscências do século passado que ainda são vis-

tas nas suas ruas, nos seus casarios. E hoje, quando V. Ex<sup>a</sup> presta a sua homenagem acho-a perfeitamente justa e oportuna, porque homenagear reminiscências, homenagear os nossos avatares, é sempre um tributo muito justo, nobre Senador. Meus parabéns.

**O SR. MAURO BENEVIDES (MDB — CE)** — Os meus agradecimentos a V. Ex<sup>a</sup>, nobre Senador Evandro Carreira, que a exemplo do Senador Agenor Maria fez questão de manifestar a sua solidariedade a este meu discurso e, mais do que isso, fez questão de externar, de público, a sua admiração pela brava gente do centenário Município de Morada Nova.

E concluo, Sr. Presidente:

E, além disso, fiz questão de registrar, nesta tribuna, o centenário daquele município, como forma de reverenciar todos quantos, ao longo dos tempos, têm concorrido para estimular o progresso e assegurar o bem-estar de seus habitantes. (Muito bem!)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Dirceu Cardoso. (Pausa.)

S. Ex<sup>a</sup> não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Jessé Freire.

**O SR. JESSÉ FREIRE PRONUNCIA DISCURSO QUE, ENTREGUE A REVISÃO DO ORADOR, SERÁ PUBLICADO OPORTUNAMENTE.**

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Vasconcelos Torres.

**O SR. VASCONCELOS TORRES (ARENA — RJ)** Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Tenho, seguidamente, abordado desta tribuna os graves problemas que desafiam a Administração Estadual em Nova Iguaçu, onde a densidade demográfica traz situações econômico-sociais que começam a ser estudadas, mas que necessitam de solução urgente.

O município, com cerca de um milhão e duzentos mil habitantes, sofre em vários setores, e apresenta um déficit de milhares de moradias, apesar dos ingentes esforços do BNH em construir casas, nem sempre ao alcance do bolso do trabalhador humilde, que, inclusive, não raro, se sente atemorizado pelo fantasma da correção monetária, porque sempre conhece um colega que já perdeu o lar ou foi alvo de uma ação executiva por parte daquela autarquia.

No centro nervoso daquela *urbs* se pode notar, dentro do imenso tráfego de veículos e pedestres, um comércio vivo, atuante, ao lado de uma ausência do disciplinamento do trânsito e de um sistema de ruas que, estreitas, dificultam cada vez mais a população local. Ali se pode ver, para tristeza dos que amam Nova Iguaçu — como eu — ao vivo, sem retoques, o quadro horrível do menor abandonado. É bem verdade que a iniciativa particular foi pioneira no Distrito de Belford Roxo, e graças aos recursos particulares está sendo construído ali um abrigo que ocupará uma área de 22 mil metros quadrados, que ensinará a internação de uma grande parte de garotos que perambulam pela cidade, esmolando ou na prática de pequenos delitos típicos de delinquência infantil.

Um dos aspectos mais chocantes que se observa em Nova Iguaçu é a falta de apoio ao hospital, onde funciona um pronto-socorro, com atendimento gratuito. Embora reconheça que o Ministério da Previdência e Assistência Social e a Superintendência do Rio de Janeiro tenham procurado enfocar com realismo o assunto na área específica, a verdade é que aquela casa de caridade, a não ser o atual apoio da Prefeitura, não tem recebido a compreensão devida por parte da Secretaria de Saúde do Estado do Rio de Janeiro.

Agora, em plena campanha municipal, é importante salientar que o atual Prefeito, Sr. João Batista Lubanco, juntamente com a Câmara de Vereadores, presidida pelo eminente homem público, Dr. Adjovaldo Silveira, têm procurado, no esforço das suas atribuições, atender aos reclamos de toda aquela laboriosa população. E

não raro são obrigados a atender problemas exclusivos das órbitas estadual e federal, para que os iguaçuanos não tenham os seus padecimentos agravados.

A Aliança Renovadora Nacional, em memorável convenção, que tive a honra de assistir, lançou seus candidatos para a sucessão do atual Chefe do Executivo Estadual, aos quais darei o meu apoio integral, visando a vitória do meu Partido, como é desejo do nosso grande Chefe, Presidente Ernesto Geisel.

É importante que os destinos daquela grande região da Baixada continuem entregues às mãos arenistas, e tenho a convicção de que, pelo fato de sempre percorrer aquela área, em Nova Iguaçu venceremos as eleições de 15 de novembro do corrente ano, a fim de que os problemas enunciados no início da minha fala, e outros que mais tarde abordarei, sejam definitivamente resolvidos.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (Muito bem! Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE (Magalhães Pinto)** — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a sessão ordinária de amanhã a seguinte

## ORDEM DO DIA

— 1 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 2, de 1975 (nº 574-B/72, na Casa de origem), que altera o parágrafo único do artigo 656 da Consolidação das Leis do Trabalho (Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943), tendo

PARECERES, sob nºs 311, de 1975, e 154, de 1976, da Comissão:

— **De Legislação Social** — 1º Pronunciamento: favorável, com voto vencido, em separado, do Sr. Senador Jessé Freire; 2º Pronunciamento: favorável.

— 2 —

Votação, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado nº 55, de 1975, do Sr. Senador Osires Teixeira, que declara de utilidade pública o Grande Oriente do Brasil, os Grandes Orientes Estaduais e as Lojas a ele filiadas, existentes no País, tendo

PARECERES, sob nºs 97, 357 e 358, de 1976, das Comissões:

— **De Redação**, oferecendo a redação do vencido para o segundo turno regimental;

— **De Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo de plenário; e

— **De Finanças**, favorável ao substitutivo de plenário.

— 3 —

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 188, de 1975, do Sr. Senador Nelson Carneiro, que dispõe sobre a obrigatoriedade de os "cartões de crédito" conterem a fotografia e o CPF do portador, dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 307 a 309, de 1976, das Comissões:

— **De Constituição e Justiça** — 1º Pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do projeto, com as emendas que apresenta de nºs 1 e 2-CCJ;

2º Pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade do substitutivo da Comissão de Economia, com as Emendas de nºs 1 e 2-CCJ anteriormente apresentadas e que ratifica; e

— **De Economia**: favorável ao projeto, nos termos substitutivo que oferece.

— 4 —

*Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 42, de 1975, do Senhor Senador José Sarney, que altera o art. 18 do Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967.— Código de Minas, acrescentando-lhe o parágrafo que especifica, tendo*

PARECERES, sob nºs 391 a 393, de 1976, das Comissões:

— **De Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade do projeto;

— **De Minas e Energia**, favorável ao projeto; e

— **De Economia**, favorável ao projeto, com a emenda que apresenta de nº 1-CE e voto em separado do Senhor Senador Luiz Calvacante.

**O SR. PRESIDENTE** (Magalhães Pinto) — Está encerrada a Sessão.

*(Levanta-se a sessão às 16 horas e 30 minutos.)*

#### ATO DO PRIMEIRO-SECRETÁRIO Nº 1, DE 1976

O Primeiro-Secretário do Senado Federal, no uso de suas atribuições regimentais e de acordo com o disposto no art. 7º das Resoluções nºs 18 e 45, de 1973,

#### RESOLVE

Designar os servidores Doutor PAULO NUNES AUGUSTO DE FIGUEIREDO, Consultor Jurídico, Doutor LUIZ DO NASCIMENTO MONTEIRO, Diretor da Secretaria Administrativa e Doutor ALBERTO MOREIRA DE VASCONCELLOS, Técnico Legislativo, Classe "C", SF-AL-011-Ref. 49, para, sob a presidência do primeiro, integrarem a Banca Examinadora incumbida de proceder aos critérios seletivos para habilitação em prova de desempenho funcional dos servidores que tiveram seu enquadramento retificado, através dos Atos da Comissão Diretora nºs 09, 11 e 12, de 1975, e nºs 02, 03, 07 e 09, de 1976, para as Categorias Funcionais de Técnico em Legislação e Orçamento, Técnico Legislativo e Assistente Legislativo.

Senado Federal, em 14 de julho de 1976. — **Senador Dinarte Mariz**, Primeiro-Secretário.

#### COMISSÃO DIRETORA 11ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, REALIZADA EM 2 DE JUNHO DE 1976

Sob a presidência do Senhor Senador Magalhães Pinto, Presidente, presentes os Senhores Senadores Wilson Gonçalves, Primeiro-Vice-Presidente; Dinarte Mariz, Primeiro-Secretário; Marcos Freire, Segundo-Secretário; e Lourival Baptista, Terceiro-Secretário, às dez horas e trinta minutos, reúne-se a Comissão Diretora.

Deixam de comparecer, por motivos justificados, os Senhores Senadores Benjamim Farah, Segundo-Vice-Presidente; e Lenoir Vargas, Quarto-Secretário.

Convocados, comparecem, ainda, os Senhores Senadores Ruy Carneiro e Alexandre Costa, Suplentes.

O Senhor Primeiro-Secretário lê a Ata da Reunião anterior, que, em seguida, é aprovada sem debates.

Iniciando os trabalhos, o Senhor Presidente e o Senhor Primeiro-Secretário, na qualidade de Relatores do Pedido de Vista, emitem parecer em conjunto sobre o processo relativo ao trabalho elaborado pela Comissão de Reestruturação Geral da Organização Administrativa e Técnico-Legislativa do Senado Federal — COREGE, criada pelo Ato nº 8, de 1975, do Presidente, no que tange à apresentação de um Quadro de servidores contratados pelo Regime da Consolidação das Leis do Trabalho — CLT.

A Comissão toma conhecimento do parecer em questão, ficando a votação adiada para a próxima Reunião.

O Senhor Presidente distribui ao Senhor Segundo-Secretário, para relatar, expediente encaminhado pelo Presidente do Conselho de Supervisão do Centro Gráfico do Senado Federal, Senador Dinarte Mariz, relativo ao Regulamento daquele órgão.

Em seguida, o Senhor Presidente submete à apreciação da Comissão, com voto favorável, na qualidade de Relator do Pedido de Vista, o expediente relativo à aquisição de 9 (nove) veículos novos, sendo 8 (oito) para o Serviço de Transportes da Subsecretaria de Serviços Gerais e 1 (um) para a Representação do Senado no Rio de Janeiro, utilizando verba do orçamento do presente Exercício, bem assim do Saldo de Exercícios Anteriores na forma Regimental.

Sem votos discordantes, a matéria é aprovada, determinando a Comissão que os veículos inservíveis relacionados no expediente sejam alienados, conforme o proposto pelo Senhor Primeiro-Secretário.

Prosseguindo nos trabalhos, o Senhor Presidente concede a palavra ao Senhor Segundo-Secretário, que emite parecer favorável sobre o Projeto de Resolução nº 29, de 1976, que "dá nova redação ao nº 8 do art. 78, do Regimento Interno, e dá outras providências".

Em manifestação unânime a Comissão aprova o Parecer, determinando o Senhor Presidente que a matéria seja encaminhada à consideração do Plenário.

Com a palavra, o Senhor Terceiro-Secretário apresenta parecer favorável sobre o Demonstrativo Contábil do PRODASEN — Centro de Processamento de Dados do Senado Federal, relativo aos meses de janeiro a setembro de 1975, correspondente ao Primeiro, Segundo e Terceiro Trimestres.

Pela unanimidade dos presentes, a matéria é aprovada nos termos do pronunciamento do Relator.

Finalmente, o Senhor Senador Alexandre Costa, na qualidade de Relator, emite parecer favorável sobre Pedido de Vista ao Processo nº DP-1.040/75, pelo qual o servidor Valentim Ferreira da Costa, Agente Administrativo, Classe "C", e outros solicitam a transposição de seus cargos para a Categoria Funcional de Técnico Legislativo.

Sem votos em contrário, a Comissão aprova o Parecer, nos termos de Ato assinado por todos os presentes.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declara encerrados os trabalhos, lavrando eu, **Dinarte Mariz**, Primeiro-Secretário, designado para secretariar a Reunião, a presente Ata, que, em seguida, é assinada pelo Senhor Presidente e vai à publicação.

Sala da Comissão Diretora, 2 de junho de 1976. — **Magalhães Pinto**, Presidente.

# 

### 

10ª REUNIÃO (ORDINÁRIA), REALIZADA  
EM 9 DE JUNHO DE 1976

Às dez horas e trinta minutos do dia nove de junho de mil novecentos e setenta e seis, sob a Presidência do Sr. Senador Benedito Ferreira, Vice-Presidente no exercício da Presidência, presentes os Srs. Senadores Adalberto Senna, Mendes Canale, Amaral Peixoto, Paulo Guerra, Evandro Carreira, Nelson Carneiro e Itamar Franco, reúne-se a Comissão de Agricultura.

Encontram-se ainda, presentes à reunião, as seguintes personalidades: Profs. Hildebrando de Miranda Flor — Departamento de Engenharia Florestal — UnB, Sebastião Barbosa — EAG-FI — UnB, Zenôr Costa Dias — Engenharia Florestal — UnB, Jornalistas Luiz Meira Menandro (O GLOBO), Tetê Catalão (ORDEM DO UNIVERSO), Eudo dos Santos, Gueldi Filho, Estudantes José Aluizio Rios Gara, Fernando de La Rocque e Dirceu Lopes Mascarin.

O Sr. Presidente, ao constatar a existência de número regimental, declara aberta a reunião, e dispensa a leitura da Ata da última reunião, que, imediatamente, é considerada aprovada.

Inicialmente, o Sr. Senador Benedito Ferreira comunica que a presente reunião se destina a dar prosseguimento ao Ciclo de Conferências sobre a Situação Florestal no Brasil, ouvindo, desta feita, o Professor Ezechias Heringer, Coordenador de Recursos Naturais da Secretaria de Agricultura e Chefe do Departamento de Engenharia Agrônômica da Universidade de Brasília. Em seguida, a palavra é concedida ao ilustre Professor Ezechias Heringer.

Ao término da Exposição, a palavra é franqueada, para aqueles que desejam dirigir perguntas ao Conferencista. Na oportunidade, fazem uso da palavra os Srs. Senadores Amaral Peixoto, Itamar Franco, Evandro Carreira e Adalberto Senna.

Ao final, o Sr. Presidente — Senador Benedito Ferreira, em nome da Comissão de Agricultura e do Senado Federal manifesta o seu agradecimento à S. Exª o Prof. Ezechias Heringer pela presença e a inestimável contribuição trazida ao Simpósio ora promovido.

As Exposições proferidas, bem como os debates travados na presente reunião, foram gravados e as respectivas Notas Taquigráficas são publicadas em anexo à presente Ata, com a devida autorização do Sr. Presidente.

Nada mais havendo à tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinícius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, uma vez aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

**ANEXO A ATA DA 10ª REUNIÃO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA DO SENADO FEDERAL, REALIZADA EM 9 DE JUNHO DE 1976, DESTINADA A OUVIR A PALESTRA DO PROF. EZECHIAS HERINGER, COORDENADOR DE RECURSOS NATURAIS DA SECRETARIA DE AGRICULTURA DO GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL E CHEFE DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA AGRÔNOMICA DA UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, QUE SE PUBLICA COM A DEVIDA AUTORIZAÇÃO DO SR. PRESIDENTE DA COMISSÃO.**

**PRESIDENTE: SENADOR ORESTES QUÉRCIA**

**VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENEDITO FERREIRA**

**ÍTEGRA DO APANHAMENTO TAQUIGRÁFICO DA REUNIÃO:**

O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira) — Senhores Senadores:

A Comissão de Agricultura recebe hoje, muito envaidecida, o Professor Ezechias Paulo Heringer. S. Sª é Coordenador de Recursos

Naturais, da Secretaria de Agricultura e da Universidade de Brasília e é chefe do Departamento de Engenharia Agrônômica.

O ilustre conferencista tem um currículo que, dada a exiguidade de tempo, em virtude do palpitante assunto que o nosso ilustrado conferencista vai abordar, seria privar a todos nós de uma parcela ponderável de tempo, se aqui fossemos aludir ou ressaltar, sequer, os aspectos mais importantes da sua vida profissional como estudioso da matéria, tal o volume de trabalhos desenvolvidos e publicados.

Penso que seria importante que cada um de nós tivesse, a posteriori, uma cópia desse currículo porque, realmente, nos envaidece, como brasileiros, ter entre nós, principalmente nesta Comissão, estudiosos portadores de tantos títulos e com tantos serviços prestados ao nosso País e, sobretudo, ao tema objeto da nossa preocupação, que é o problema florestal.

Nestes termos, dado já também o avançado da hora, eu propunha aos Srs. parlamentares que passássemos a palavra ao nosso conferencista para que S. Sª transmitisse as informações e a sua experiência, porque delas realmente carecemos.

Com a palavra, o Professor Ezechias Paulo Heringer.

O SR. EZECHIAS HERINGER — Exmº Sr. Senador Benedito Ferreira, DD. Presidente da Comissão de Agricultura do Senado Federal, exmºs Srs. Senadores:

Foi uma honra e um prazer para mim a oportunidade que V. Exª, Sr. Presidente, me concedeu para tomar parte na série de estudos e debates destinados a esclarecimentos em que se acha empenhada a Comissão de Agricultura, da Casa Alta do Legislativo brasileiro, proferindo, na oportunidade, uma conferência dentro do tema geral: a Situação Florestal Brasileira.

Inicialmente, deve-se considerar que o Brasil compunha-se de três áreas florestais com vocações distintas, pelo seus aspectos ecológicos que condicionaram desde logo o desenvolvimento de cada uma. Nestes quatrocentos anos evoluíram em direções diferentes, cujos aspectos desejo analisar no correr desse trabalho.

A primeira grande área, que se poderia classificar como a primeira Província florestal, era constituída pelas florestas da região Sul do Brasil — Araucariândia, que abrangia parte do Estado de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a Floresta Atlântica, de São Paulo a Pernambuco, passando pelos Estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco, formando uma longa faixa de floresta contínua, que em certos pontos se insinuava pelo continente, formando as grandes bacias hidrográficas, e criando a extensa Zona da Mata de Minas Gerais, famosa pelas suas essências florestais nobres.

A segunda grande Província seria o Centro-Oeste, coberto pela vegetação denominada, outrora, Campos, que, mais recentemente, recebeu a denominação de Cerrado, no centro do qual se plantou em boa hora a Semente da Esperança, chamada Brasília, onde nos encontramos confortavelmente, reunidos neste momento.

A terceira grande Província é a Floresta Tropical Úmida, denominada Amazônia, sobre a qual o orador que me atendeu, colega e amigo Professor Doutor Warwick Kerr, que tão sábia e magnificamente analisou a sua tentativa de conquista pelo homem moderno, das máquinas, para apontar com firmeza alguns pontos vulneráveis e perigosos desta conquista que merecem ser revistos com profundidade pelo Governo Federal.

Não esqueci a Província da Caatinga. De propósito não a incluí nesse estudo porque aquela região merece considerações de conjunto à parte, em virtude de seu clima e solo serem mais diferentes das anteriores.

Pretendo esforçar-me, nesta hora, para apresentar aos nobres Senadores a contribuição da minha experiência de 40 anos com a árvore e especialmente da vegetação do cerrado, na qual me ingressei desde 1953, transferindo-me em 1959 para este local, para onde desde aquela data, está voltada toda atenção do País.

As florestas costeiras em quatro séculos foram dizimadas por duas razões especiais: a fertilidade do solo e riqueza de suas florestas com madeiras nobres de alto valor na Europa. O volume de madeiras euxiloforas, de rara beleza por área e variedade de espécies chamaram desde logo a atenção daqueles que nos visitavam. Dada a fertilidade do solo exuberante, facilmente se poderiam implantar canaviais, milharais, e cafezais, etc., enquanto pela sua proximidade da orla marítima a madeira facilmente alcançaria os portos de saída para a Europa.

É nesta região de exuberante quantidade de madeiras coradas de diversas matizes que vamos encontrar aquela que iria dar o nome ao nosso querido torrão sagrado, o Brasil, aquela que os botânicos batizaram com o nome de *Caesalpinia echinata* Lam.

Apesar das repetidas leis promulgadas de proteção florestal, desde os dias de Dom João VI, para controlar a exploração adequada da floresta, até os dias atuais a devastação foi célere e fatal. Para trás ficaram os vales desnudados, vossorocas em progressão e a fertilidade do solo atirada aos rios pelas chuvas anuais. Depois de quatrocentos anos chegou a hora de repor aquele bem, que devia ser manejado de tal forma a manter sua perenidade, atendendo ao conceito de floresta. Todas as fazendas possuíam áreas sem vocação agrícola que deveriam ser preservadas para exploração contínua daquele material indispensável nas lides rurais. A exploração racional da floresta devia ser a preocupação de todos os fazendeiros pois que nela é que buscariam a matéria-prima para construir as usinas, os meios de transporte, as carruagens de transporte pessoal dos nobres, os carros de bois para o transporte de carga, os carretões para o transporte de toras, os engenhos de cana, as noras, as grandes rodas d'água para gerar força hidráulica e mover piladores, teares, etc.

Com a implantação das estradas de ferro a madeiras para lenha, para dormente, vigas de pontes de pequenos vãos eram material escolhido com rigor para cada fim. Um rombo se realizaria cada dia nas florestas reservadas. Ao ser retirada a madeira desejada ateava-se fogo aos restos para em seguida ser submetido o solo ao plantio agrícola que era praticado de forma tal que se erodia rapidamente o solo e esgotava-se a curto prazo. Sob esse sistema de exploração irracional da floresta, aquelas que eram reservadas pelos fazendeiros, para uso limitado no futuro, foram vendidas diante das ofertas insistentes e polposas.

Esta arrancada se dava no fim do século passado. As caldeiras das máquinas a vapor eram sustentadas com madeira ainda jovem das espécies mais valiosas ainda em regeneração encontradas nas regiões por onde passaram os trilhos da estrada de ferro. Ainda jovem vi milhares de pilhas de lenha e de dormentes onde contavam-se peças de jacarandá da Bahia, Sebastião de Arruda, roxinho, peroba rosa, jacarandá violeta, peroba de Campos, pés de várias espécies, angelim, braúnia, sassafrás, bálsamo de cupira, etc.

A esta altura a Estrada de Ferro Paulista via agravar-se, a cada dia, o fornecimento de lenha e dormentes por particulares para fazer rodar os seus trens. Tomou posição resoluta. Criar florestas artificiais.

Sabendo que um moço, afilhado de Eduardo Prado, havia durante seis anos realizado na Escola Nacional de Agricultura, em Coimbra, Portugal, o curso de Agronomia e que Adolfo Pinto, chefe do Escritório da Companhia Paulista, havia poucos dias apresentado um plano que estimulasse a Cultura Florestal no Estado de São Paulo, o Conselheiro Antônio Prado, ao tempo prefeito de São Paulo e Presidente da Companhia Paulista, resolveu convidar e nomear no fim de 1903 aquele moço para dirigir o primeiro horto florestal, que a companhia estabeleceria nas proximidades de Jundiá, sob a dire-

ção de Edmundo Navarro de Andrade. Com este ato começava a reposição da floresta costeira desaparecida pelo plantio da essência exótica chamada eucalipto.

Quero afirmar, nesta hora, que não sou contra o eucalipto. Apenas estou defendendo a manutenção de áreas com florestas nativas por motivos que, mais à frente, passarei a expor.

Iniciou-se o trabalho plantando 95 espécies diferentes — exóticas e nacionais. Entre elas a peroba, o jequitibá, o cedro, a cabreúva, a canela, o pinheiro do Paraná, a casuarina, a grevílea, o carvalho e o eucalipto.

As espécies de eucalipto se destacaram de tal modo que, já em 1906, a Companhia Paulista adquiria terras próximas de Campinas para instalar um horto para o plantio somente da espécie eucalipto. Assim se implantava, no alvorecer deste século, a cultura definitiva do eucalipto no Brasil.

É bom dizer-se que Edmundo Navarro de Andrade fez recair sua escolha sobre o gênero *Eucalyptus*, quando o comparava a outras essências florestais nacionais pela necessidade urgente de produzir material para alimentar as caldeiras das locomotivas e manter seus trilhos em condições de segurança de operação. Se assim não fora, ele não teria se expressado deste modo.

"Se o meu trabalho se cingisse a um simples reflorestamento para cobrir solos pobres ou incultos, ou fosse limitado à criação de maciços protetores ou, ainda, se tivesse de me restringir a trabalhos oficiais de ilimitada duração, o desenvolvimento vagoroso das árvores brasileiras não teria sido obstáculo."

O objetivo de Navarro de Andrade tinha como escopo criar florestas que, o mais rápido possível, fornecessem definidos e determinados produtos, como combustível, dormentes, estacas, postes, etc. Depois de 6 anos de experiências estava assegurada a produção florestal pelo eucalipto para os fins em mira.

Enquanto São Paulo procurava resolver o problema da produção florestal bem mais tarde Minas Gerais sentia perigar o fornecimento de carvão vegetal para acionar os fornos da Belgo Mineira que era produzido e fornecido por particulares. Apesar do rombo cavado nas florestas de madeiras nobres do Rio Doce para exploração do carvão para siderurgia a ciência da matéria-prima já começava comprometer a expansão da companhia que a esta altura havia alcançado a região dos cerrados.

Como a experiência de São Paulo estava consagrada definitivamente, cabia à Belgo Mineira partir para a solução do problema de produção do carvão em áreas por ela adquiridas nas proximidades de sua usina onde a cultura do eucalipto seria inicialmente introduzida por um Engenheiro Agrônomo. Coube a tarefa a Laércio Olse, Engenheiro Agrônomo formado pela Escola de Piracicaba, que trazia em mente os trabalhos de Navarro de Andrade. Do mesmo modo que seu colega de São Paulo, organizou o Serviço Florestal da Belgo Mineira.

Desde então implantou-se em Minas Gerais, no centro do polígono da metalurgia, a corrida para a formação de florestas artificiais com o eucalipto para a produção precípua e única do carvão siderúrgico.

Nas últimas décadas, com o advento da rápida industrialização do País, outra fonte consumidora de florestas surgiria. Madeira para produção de polpa celulósica para papel. São Paulo já havia instalado fábricas para polpa celulósica usando espécies adequadas de eucalipto. Minas, mais recentemente, está também na corrida para produção de polpa celulósica. Não é que a madeira de eucalipto seja a matéria-prima ideal, entretanto, nossa falta de provisão, a longo prazo, leva-nos sempre a improvisar a produção ou uso da matéria-prima renovável a curto prazo. O bambu é matéria-prima fornecedora de polpa melhor que a do eucalipto e de rápido crescimento. Entretanto, prefere-se a matéria-prima do eucalipto por ser a cultura do bambu mais exigente e do conhecimento de uma técnica exploratória mais científica. Por esta razão as Escolas de Agronomia e Florestas estão interessadas em projetos de

experimentação de várias espécies de eucalipto importadas, com o objetivo de alcançar o método de produção econômico desse material florestal. Outras fontes de matérias-primas baratas têm sido apontadas, cujo uso seria economia para a floresta, mas problemas técnicos têm impedido esta solução. Os resíduos de certas operações agrícolas como o bagaço da cana-de-açúcar, a casca do arroz, etc. são matérias-primas complementares que poderiam ser usadas.

Depois de ter analisado a região das florestas virgens entrarei agora na denominada atualmente Cerrado que ocupa uma área correspondente aproximadamente à metade da Amazônia Brasileira. O cerrado vem preocupando o Governo que, para explorá-lo econômica, técnica e cientificamente agrícola, criou um organismo chamado POLOCENTRO que se incumbirá de fazer o levantamento do seu potencial em recursos naturais e humanos, no momento, para traçar as normas de produção a curto, médio e longo prazos. No planejamento deverão ser previstas as ordens de prioridade da exploração, se se enquadram, por certo, dentro da capacidade de produção do meio ambiente, das vocações e das necessidades prioritárias de cada etapa. Por certo, este planejamento de produção e consumo agrícolas envolverão muitas variáveis dependentes, presentes e futuras, a longo prazo.

A agricultura, a pecuária e a floresta devem se desenvolver de modo tal que nunca cheguem a competição, mas que sempre se completem. O ideal seria o uso da área com as vocações estabelecidas a fim de evitar exagerados maciços florestais homogêneos e contínuos ou extensas lavouras de arroz, milho etc., sem ter de permeio atividades florestais.

Certos tipos de florestas nativas preexistentes em pontos estratégicos, quando indicados, seriam mantidos e enriquecidos, obedecendo a processo de manejo florestal a fim de serem a vanguarda do equilíbrio biológico, exigido pelo manejo ecológico. Os Ecologistas florestais, juntamente com Ecologistas de culturas e pastagens, se encarregarão de acompanhar o processo geral da exploração em andamento na região, para garantir que o equilíbrio biológico desejável se mantenha. Com isso se asseguraria em parte, o combate biológico das pragas das culturas e das pastagens, cujos inimigos naturais se manteriam na floresta natural, o que nunca ocorrerá na floresta homogênea e principalmente de eucalipto. Outros tipos de florestas seriam preservadas em toda a sua integridade biológica como laboratório natural vivo produtor dos inimigos naturais das pragas das culturas e das pastagens. Neste caso não haveria o enriquecimento da floresta e nem a retirada de qualquer espécie por menor que fosse.

Estes redutos florestais seriam estudados pelos ecologistas para se ter um conhecimento total da sua estrutura e encontrar o material biológico de interesse neles existentes. E por essa razão que todas as espécies vegetais e animais deverão ser mantidas como um todo ecológico. Uma plantinha, a princípio sem valor econômico, poderá se tornar em planta relevante, econômica por abrigar e alimentar um hiperparasito de qualquer praga de uma cultura importante.

A destruição de tudo, em campo raso, como ainda se faz, conduz-nos a tomar providências para o combate das pragas que nos levam a poluir a água, o ar e o solo dos campos e das cidades.

Nas cidades, às vezes, o problema se reveste de calamidade pela morte de centenas de árvores ao mesmo tempo, como se vê ultimamente em Brasília.

A experiência nos tem mostrado que, com raras exceções, devemos optar pelo sombreamento de avenidas, praças, superquadras e rodovias com essências exóticas.

Na sua quase totalidade as essências exóticas são vulneráveis aos ataques de pragas e doenças. Para o combate a esses inimigos recorrem-se aos produtos químicos que exigem manipulação e técnica nem sempre rigorosamente observados, acabando esta prática por poluir o meio ambiente das cidades, cujos males à saúde muitas vezes são irreversíveis.

As vantagens da aplicação das espécies nacionais nos sombreamentos dos lugares de atividade humana — como os

estacionamentos de automóveis; as avenidas, por onde transita diariamente o homem; as superquadras, de onde recebe continuamente o ar purificado; nas longas rodovias onde, horas a fio, sob sol escaldante se viaja — são grandes como se pode salientar.

Afirma o último conferencista, Professor Doutor Warwick Ker, nesta Casa, que as áreas marginais das rodovias federais deviam ser ocupadas por florestas a fim de que não se tornassem ociosas e agravadas com despesas para sua manutenção, ou pior, deixadas assim mesmo ao sabor de incêndios danosos.

Aceitando a premissa do meu colega de conferências nesta Casa, acrescentaria que se poderia dar uma visão ecológica do País, aos turistas, implantando a cobertura florística das margens rodoviárias com as árvores mais convenientes das próprias regiões. Criaríamos ambiente adequado ao fornecimento de alimento aos passarinhos nativos da região, assunto que já mereceu a atenção de um membro desta Casa.

Quebrariamos a monotonia estafante de uma vegetação que parece não ter fim, como a que se sente quando se percorre o trecho Brasília—Belo Horizonte.

Com a implantação de um tal sistema o turista sentiria a beleza da paisagem natural e teria inspiração sobre uma experiência que seria digna de imitação na sua Pátria.

O sombreamento das rodovias poderia ser controlado pela distribuição das espécies Caducifólias, de permeio com Perenifólias e ornamentais nativas. As Perenifólias seriam distribuídas de tal maneira que a projeção de sua sombra recaísse sobre a faixa asfáltica. Para a solução desse problema, permitam-me citar mais uma vez Navarro de Andrade: “se tivesse de me restringir a trabalhos oficiais de ilimitada duração, o desenvolvimento vagaroso das árvores brasileiras não teria sido obstáculo”.

Um dos grandes obstáculos da implantação e manutenção de experimentos oficiais com essências naturais é a negação desta atividade a plano inferior, diante da experimentação agropecuária, que sempre tem prioridade.

A solução de problemas florestais sempre é alcançada a longo prazo. Somos felizes porque nossas árvores ainda crescem muito mais do que as árvores de outros países.

Uma coleção dendrológica viva de cada região ecológica brasileira seria um grande passo na descoberta de valores florestais nacionais.

Estamos perdendo precioso material florestal por falta de profissionais com vocação para as pesquisas dasonômicas. No Brasil, no momento, são reduzidos os profissionais que se dedicam, a fundo, ao estudo da dendrologia e que dela também tenham alcançado profundo conhecimento.

Tive minha atenção voltada para as espécies florestais nativas do Brasil, quando ouvi, em 1950, na Escola Nacional de Agronomia, uma conferência de um geneticista americano, Dr. Claussen, que chamava a atenção dos brasileiros para não desprezarem as grandes possibilidades de pesquisas florestais com as espécies arbóreas do Brasil, em virtude das variadas condições ecológicas e climáticas do País. Que um esforço devia ser feito no sentido da descoberta, entre as essências florestais nativas, novos cultivares para a solução do problema florestal brasileiro nativo.

Por intuição, eu, antes de ouvir o Dr. Claussen, já investigava as possibilidades de nossas essências florestais, na Estação Experimental de Coronel Pacheco, organizando uma coleção dendrológica de espécies brasileiras.

Nessa coleção plantei a seringueira que, atualmente, deve contar perto de 50 cm de diâmetro e mais de quarenta anos de idade.

O pau mulato, da Amazonia — conhecido dos amazonenses como a “bela árvore” — o buritizeiro, a castanheira do Pará, a madre dolio, o açacu, todas da Amazônia, ostentam hoje suas elegantes copas naquela bacia úmida do Rio Água Limpa, em Minas Gerais.

Na Estação Experimental do Rio Pomba, para onde fui designado Diretor plantei, por volta de 1946, duas mudas de mógno de procedência goiana.

Depois de ter realizado dois anos de Pós-Graduação, em floresta (silvicultura), na Escola Nacional de Agronomia, optei pela região do Cerrado. Transferi-me para Paraopeba onde o Serviço Florestal incubiu-me de instalar a primeira Estação Experimental de Floresta. Durante 7 anos completei as instalações para funcionamento da pesquisa florestal e, paralelamente, continuei minhas investigações florestais.

Preocupou-me, de maneira especial, a aroeira do sertão e o vinhático do campo, duas essências de largo uso nas fazendas e que não eram cultivadas pelos fazendeiros por julgá-las de lento crescimento. Desejava verificar, de fato, a procedência da afirmação. Tomei para experiência um grupo de aroeiras do sertão, com mais ou menos 25 anos de idade, deixadas a si mesmas, em uma pastagem de capim gordura que submeti à medidas diamétricas anuais. Apenas obtive mensuração de 3 anos, porque devia transferir-me para o canteiro de obras de Brasília.

As medidas feitas me forneceram dados numéricos demonstrativos do incremento diamétrico, acusando um crescimento anual da ordem de 1,5 cm médios por ano. Se uma árvore, com um diâmetro da ordem de 30 cm ainda tinha um incremento diamétrico da ordem de 1,5cm/ano, é de crescimento bom para aquela espécie que possui ainda as qualidades de propagação fácil e não ser atacada pela *saúva* e *nem* apresentar doenças perigosas.

Demonstrei que o vinhático do campo pode e deve ser cultivado à margem das cercas para ser usado posteriormente como postes, no local, evitando o custo de transporte. Plantado a um metro de distância entre as plantas, no correr da cerca, de ambos os lados, em 15 anos poderá ser iniciado o primeiro corte das árvores mais desenvolvidas. Como a duração de sua madeira, como poste, é de mais de 10 anos, somente 10 anos após e que se faria a sua substituição. Portanto o corte seguinte seria com árvores de 25 anos rebrotação das árvores cortadas, no início, teria 10 anos.

Com este manejo florestal poder-se-ia manter indefinidamente a manutenção da cerca com postes maduros de vinhático de duração mais longa no próprio local de uso.

Com a aroeira poder-se-ia também, usar locais íngremes impróprios para pastagens, nos afloramentos de calcário para o seu plantio. Introduzi, ali, a cultura do mógno, de procedência goiana, o quebracho, de Mato Grosso e da sapucaia, da Zona da Mata de Minas Gerais. A mangabeira do Cerrado foi também objeto de estudos para sua cultura racional com resultados surpreendentes.

Transferido para Brasília, em fins de 1959, dei início às minhas atividades no começo de 1960, quando a cidade não passava de um vasto canteiro de obras.

Descobri, desde logo, que o campo florestal estava em aberto e que as iniciativas prioritárias deveriam ser a preservação natural com a defesa de áreas que, mais tarde, dificilmente seriam cedidas para esta atividade.

Como executor do Convênio NOVACAP—Ministério da Agricultura, ao seu término, convenci o Diretor do Serviço Florestal daquela época, da necessidade de se criar, na área daquela repartição, o Parque Nacional de Brasília, o qual, de imediato, não *confiou* nos resultados positivos da minha pretensão, pois que a área não exibía panorama florístico e geológico excepcionais que justificassem a criação de um parque. Contudo, permitiu-me que fizesse a exposição de motivos para ser encaminhada à consideração superior.

Conhecedor da fama de que gozava na época, a umidade relativa baixa do ar de Brasília, procurei, logo de início, demonstrar que uma área de 30 mil hectares, coberta por uma vegetação nativa, tinha uma evapotranspiração maior que a do Lago Paranoá, construído para esta finalidade.

Alinhei várias outras razões ponderáveis e, com isto, consegui convencer a Administração Superior que não vacilou em baixar, no

prazo de mais ou menos 30 dias, o decreto de criação do Parque Nacional de Brasília.

Concorreu também a favor da nossa pretensão a Administração, na época, do Presidente Jânio Quadros, cujos auxiliares temiam suas ordens e sabiam que não podiam reter processos em suas mãos por dias. Foi a época dos famosos bilhetinhos. Por esse decreto, 30 mil hectares foram considerados de utilidade pública.

Continuando meu esforço para ampliar novas áreas para o conservacionismo, quando da Administração, na Coordenadoria dos Recursos Naturais do Distrito Federal, com o apoio do Secretário da Agricultura do Governo do Distrito Federal, foi organizada uma rede de execução florestal do Distrito Federal, compreendendo: a Reserva Biológica das Águas Emendadas, com 11 mil hectares; a Estação Experimental de Florestas da Cabeça de Veado; o Parque Municipal do Gama e, dois viveiros florestais respectivamente nas cidades satélites de Sobradinho e de Taguatinga.

Do complexo das cinco áreas, apenas a da Reserva Biológica das Águas Emendadas está por ser consolidada há anos, prejudicada por não ser considerada obra prioritária no contexto agropecuário da Secretaria da Agricultura.

O adiamento da consolidação de uma área perto da Capital da República para proteger a flora, e fauna autóctones primitivos, além de ser um dever público, é um legado que se deixa às gerações estudantis e universitárias que ali irão, por certo, buscar o material vivo para elaboração de suas teses de pós-graduação. Ademais, sendo Brasília o centro do cerrado é dever do Governo, do Congresso e do povo, protegerem amostras da Flora e Fauna do que existiu aqui, antes da Construção da Capital do Brasil.

As árvores elegantes, as mais bonitas que se erguem ao lado do Palácio do Ministério da Agricultura, com sua folhagem verde e brilhante, num rol bonito como o de hoje, são de mógno, cujas mudas foram preparadas no Parque Nacional de Brasília, na vigência do Convênio Florestal, NOVACAP—Ministério da Agricultura, criadas de sementes colhidas em Minas Gerais, de árvores que lá eu havia plantado, por volta de 1946.

De propósito citei este plantio no início desta Conferência. Aquelas árvores devem ser um ano ou dois, mais jovens do que a Capital da República, apresentando um crescimento notável naquele solo compactado por pesadas máquinas, ao tempo da construção da nova Capital e é uma das espécies nativas cultivada aqui, que mais cresce.

Não é necessário um documento maior, mais vivo do que este, para mostrar que podemos cultivar as nossas essências no próprio cerrado.

As amostras que se encontram sobre a mesa são alguns corpos de prova, retirados de árvores plantadas no Parque do Guarã, no Plano Piloto, por volta de 1962, e abatidas 12 anos depois, por ordem da Companhia de Eletricidade de Brasília que fez passar exatamente sobre uma alameda que plantara, ao longo da cerca, contendo várias espécies nativas, com o objetivo de comparar o seu crescimento em solo de Cerrado.

Por ocasião do levantamento topográfico da linha de alta tensão já referida, um português, simples funcionário do Centro de Transmissão de Vias Aéreas, argumentou com o topógrafo para afastar a linha uns 5 metros daquela posição, pois havia espaço bastante para isso, e recebeu a resposta do topógrafo de que: "o Doutor havia marcado uma linha sobre a planta, e por isso, aquela linha seria obedecida." O português replicou com sua simplicidade, que na sua terra "ninguém pode cortar uma árvore, nem o Governo."

Aqui estão: o bálsamo — isto é do Cerrado; Essa árvore tem 12 anos; a mimosa cisalpina — o sabiá dos nordestinos, do Ceará; o sobrajil, de São Paulo, a Columbrina rufa; a casuarina, uma árvore exótica; o cedro, nativo desta região.

Todas estas árvores têm 12 anos.

Verifiquem os Senhores o diâmetro desse Cedro, com 12 anos, que é uma essência nobre, de alto valor para o nosso uso e para a exportação. Por que não podemos esperar 50 anos para cortar uma



árvore? Depois que implantarmos um ciclo florestal, não precisamos mais esperar; é apenas ir cortando aquelas árvores maduras e termos uma produção perene da floresta. Não precisaremos fazer o corte raso, como se faz na exploração do eucalipto porque ali há necessidade disso, mas a produção de essências para uso nobre, deve ser feita neste tipo.

Imaginemos, Srs. Senadores, que daqui a mais de 30, 40 anos, não teremos mais oportunidade de fazer isto que está aqui. Esta madeira que está aí é o pau-ferro, nativo de São Paulo, de Minas Gerais e Goiás.

Uma árvore pode ser plantada e, com o crescimento bastante rápido, com 50 anos teremos árvores desse porte para serem preparadas e embelezar as nossas vivendas.

Imaginemos que tenhamos de fazer nossas mesas, e até os nossos esquis de eucaliptos. Isto não é possível, Srs. Senadores.

Na Universidade de Brasília tentei instalar uma coleção dendrológica para continuar minhas pesquisas dasonômicas e para ter em mãos material vivo para o ensino da dendrologia. Entretanto, a prioridade agropastoril retirou-me das mãos, pessoal e material, impossibilitando-me de atender às minhas pesquisas florestais.

Tive a satisfação de descobrir nos meus estudos que certas espécies florestais de Minas e da Amazônia têm crescimento excelente no Cerrado e têm uma vocação para o Cerrado. À guisa de informação, citarei apenas alguns exemplos: o jacarandá da Bahia (*Dalbergia nigra* Lam) cresce, excelentemente, no Cerrado. O seu crescimento é duas, três ou mais vezes do que qualquer espécie nativa do Cerrado. Cresce em volume muitas vezes mais que a sua correspondente no Cerrado que é a "*Dalbergia violacea*" que é a caviúna do Cerrado.

Tenho árvores plantadas lado a lado. Enquanto a cabiúna do Cerrado, em 10 anos, tem um diâmetro dessa grossura, o jacarandá da Bahia, em 10 anos, já tem este diâmetro.

O pau de balsa (*Ochroma paniculata*), espécie da Amazônia, é conhecido pelos que viajam e contemplam as florestas da Amazônia.

O pau de balsa tem um crescimento muito superior ao quiri. Tenho uma árvore com cinco anos e nenhum homem é capaz de abraçar essa árvore pelo seu diâmetro, pela sua pujança, pela sua beleza.

Com pequeno auxílio de água, na seca, até que a água alcance o lençol freático, torna-se ela espontânea.

Tenho uma árvore de cinco anos que mede um diâmetro tal que um homem não consegue abraçá-la. O bálsamo, a sassafrás, a grábia, ou garapa, o cedro, o chichá, o visgueiro amazônico (*Larkia pendula*), são essências que já experimentei e que têm crescimento econômico no Cerrado. É bastante que implantemos em um ciclo florestal.

O problema no Cerrado, não é o de fazer a floresta; e sim o de implantar uma floresta. Se fosse fácil, a própria natureza já tinha feito uma floresta. Mas na evolução florestal a natureza teve contra ela um fator antropológico: o fogo; que interfere na implantação das essências nobres, porque elas não têm resistência para o fogo, ao passo que as essências para o Cerrado evoluíram no sentido de criarem mecanismos para resistirem ao fogo. Então, não há mais aquele interesse das árvores de crescerem. Ela tem interesse de se manter viva. Então ela criou mecanismos que estão dentro da terra; outras criaram mecanismos para casca espessa para resistência à temperatura, aos incêndios periódicos que ocorram na vegetação.

Rizzimi, o maior dendrólogo vivo, afirma que a "flora arboreativa-arbórea" (Cerradão) mostra-se menos rica, abarcando menos de 200 gêneros dos quais não poucos pertencem a outras formações. Menos ricas que as espécies do Cerrado. Temos 200 espécies que são de vocação para o Cerrado, donde se conclui que a vocação genuína do Cerrado é para outras formações florestais que o abarcam, desde que sejam protegidas, inicialmente, contra o fogo e assim se forma o ciclo florestal.

Fatores antropogênicos incidem, desde logo, na fase delicada da implantação das plântulas florestais, perturbando o ambiente e acabam por fenecer todas as tentativas naturais que são permitidas às espécies para iniciarem a luta por um novo lugar.

A maioria das espécies arbóreas não penetram no Cerrado graminoso por causa do fogo periódico ou porque não conseguem sobreviver durante a estação seca, por não atingirem suas raízes as regiões mais profundas do solo em busca de água durante uma única estação seca.

A vegetação que povoa o cerrado por uma seleção dirigida para enfrentar o fogo, criou também barreiras de competição para ocupação de espécies arbóreas, estranhas ao Cerrado, por tenras plântulas de espécies estranhas a essa consorciação.

Concluindo, apresento algumas medidas que devem ser consideradas pelas instituições administrativas, legislativas e universitárias que, em conjunto, ou separadamente, devem zelar pela flora e fauna primitivas brasileiras.

**Primeira medida:** atentar-se para o aconselhamento do Professor Claussen, procurando fazer o deslocamento de espécies florestais brasileiras de outras áreas com vocação para o Cerrado, a fim de descobrir a faixa de variação de cada uma.

**Segunda medida:** aplicação de conhecimentos genéticos para o melhoramento das espécies nacionais com boa imagem para cada finalidade, cujo trabalho deve ser e é longo e paciente.

**Terceira medida:** introduzir no Código Florestal um artigo que abrigue um reflorestamento paralelo de eucaliptos com essências florestais regionais na razão de 10%, no mínimo, e não 1%, no mínimo. Penso que isso até é uma falta de brasileiro permitir 1% das árvores sejam deixadas; no desmatamento de Cerrados já constituem 1%. Então, não é preciso plantar essências florestais nativas, 10% no mínimo. Que as essências florestais para esse fim sejam as que a pesquisa e a experimentação dos órgãos federais ou estaduais tenham julgado boas para a finalidade a que se destinam. Os financiamentos governamentais sempre serão 75% maiores para a essência florestal nativa que para as essências exóticas.

**Quarta medida:** diversificar as implantações das florestas com espécies exóticas com o uso de híbridos diversos, de alto rendimento, ou emprego de várias espécies do mesmo gênero de misturas como, no caso, do gênero "*Pinus*", para formar uma floresta hêtero específica.

**Quinta medida:** nas regiões de vocação para a indústria de móveis de polpa celulósica, onde as madeiras nobres nativas, de cores matizadas, as espécies florestais devem ser cultivadas em arroteamento longo que mantenha a integridade da floresta primitiva. As áreas impróprias às espécies nativas poderão ser usadas para as essências exóticas.

**Sexta medida:** compete ao IBDF planejar com antecedência o consumo florestal para cada indústria a se instalar, e para cada tipo de uso. Não permitir que se instalem fornos siderúrgicos ou usinas para polpa de celulose sem que a firma interessada disponha de produção florestal própria e suficiente para manter o consumo da indústria, ininterruptamente. Evitar a superposição da avaliação de florestas na mesma área por vários interessados no carvão, sendo conveniente que os interessados apresentem as plantas topográficas de origem dos produtos florestais.

**Sétima medida:** compete ao IBDF, em princípio, insistir e exigir depois, nas instalações de usinas integradas para o beneficiamento de madeiras, de modo que se industrialize todo o material saído da floresta. É o que está acontecendo na Amazônia.

Na Amazônia, na exploração agropastoril não está aproveitando nada das madeiras. Não devia ser assim. O Governo devia estabelecer, primeiro, a usina integrada de aproveitamento do produto florestal. Depois de tirado o produto florestal ele seria entregue para os usos agrícolas, pastoris, porque, na realidade, a madeira que lá está, não vai servir de nada; não vai servir de adubo, porque é toda queimada inicialmente; no segundo ano é ateado fogo e, no terceiro ano, é ateado fogo e a madeira é considerada intrusa, então tudo é queimado; com o sistema que estamos adotando, é a destruição completa de um complexo ecológico maravilhoso.

Na Amazônia, as indústrias mais econômicas para a madeira seriam as usinas integradas que aproveitariam toda a matéria-prima



resultante da abertura de área para a agricultura e a pecuária. Esta medida parece que não está na pauta dos colonizadores da Amazônia.

Nos Estados Unidos, hoje, não se faz mais um engenho só de serrar madeira ou de fazer polpa. Não; os engenhos são completos: aproveitam a madeira, desde a casca até o último pedacinho e cada coisa para um objetivo. Não se perde nada da madeira.

Srs. Senadores, sabem qual é o aproveitamento da madeira brasileira? De apenas 30% e, às vezes, menos. A árvore é cortada na mata, já fica um pedaço, já fica a casca; depois tiramos os casqueiros que são jogados fora; a serra que usamos nos engenhos rompe quase meio centímetro; três a quatro centímetros para tirar uma tábua de dois e meio centímetros, perdemos de madeira nobre três milímetros. Como os engenhos não são perfeitos, fazem isso no cortar da peça; no aparelhamento vão mais de dois milímetros. Então, estamos perdendo quase de 5 a 6 milímetros, quase um centímetro, para beneficiar uma tábua de dois e meio centímetros.

**Oitava medida:** para se poder desenvolver um plano de aproveitamento vegetal e florístico com o emprego das árvores brasileiras, compete ao IBDF, por ser um dos maiores interessados, proceder à rigorosa coleta de material botânico, de madeira, e somente das espécies arbóreas nativas, com as informações ecológicas correspondentes, a fim de publicar um *índice seminum*, e organizar coleções dendrológicas em todos os Estados da União.

Insisto, Srs. Senadores; julgar-me-ei compensado se desse chamamento conchamar outros para a luta da conscientização dos Administradores, dos Técnicos, das Universidades, dos fazendeiros ou empresas de grandes áreas, para que tenham maior amor à natureza, pois podemos explorá-la em nosso benefício sem destruí-la, porque é dela que vivemos, por isso devemos torná-la mais bela.

*Considerando-me amplamente realizado, agradeço de coração a grande oportunidade que me foi concedida, para fazer o meu apelo à grande Pátria, no altar do povo, que é o Legislativo brasileiro. Muito obrigado. (Muito bem! Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira)** — Como havíamos anunciado inicialmente, com profundos conhecimentos do Professor Ezechias, e, como é de praxe, é franqueada a palavra aos Srs. Senadores, que queiram dela fazer uso, para indagações e esclarecimentos ao conferencista.

Concedo a palavra ao nobre Senador Amaral Peixoto.

**O SR. AMARAL PEIXOTO** — Mais uma vez desejamos felicitar aos autores da idéia dessas reuniões que vão ser, estou certo, altamente interessantes para o nosso País.

Quero ser objetivo e fazer algumas perguntas diante dos fatos expostos pelo ilustre conferencista.

Em primeiro lugar, eu queria saber como o proprietário de terra, em um determinado ponto do País, já inteiramente devastado, como poderia ele obter informações, para fazer o replantio?

Queria mesmo perguntar ao Professor se não seria conveniente que se organizasse um mapa das diferentes regiões, indicando em cada uma delas, as espécies mais aconselháveis para serem replantadas e, ainda, se haveria possibilidade de serem fornecidas mudas destas espécies dos diferentes pontos do País, para mais facilmente conseguirmos aquilo que S. S<sup>a</sup> propõe e nos parece mais acertado, que é replantar, pois, aquilo que a natureza fez e que o homem está destruindo.

**O SR. EZECHIAS HERINGER** — Sr. Senador, no Brasil há alguns amigos da nossa flora, que ainda mantêm redutos de florestas nativas. À semelhança desses, outros fazendeiros também deviam procurar executar obras semelhantes.

O primeiro passo é enriquecer as pequenas florestas existentes.

As florestas nativas precisam receber um tratamento, que se chama regime, pelo técnico. O técnico procura conduzir a floresta nativa de tal forma que em vez de ela ter uma seleção ecológica, terá uma seleção ecológica-econômica; o que é econômico para o homem

não é para a planta; o que é econômico para a planta é a resistência que deve ter aos seus adversários.

O que é econômico para o homem é aquilo que a floresta pode produzir em benefício do homem. Portanto, primeiro, fazer um levantamento desses redutos florestais, e compete então ao IBDF estimular os fazendeiros que possuem essas áreas, aumentando-as e enriquecendo-as. Para isto eles devem contar com os técnicos hábeis para orientar os fazendeiros.

Aqueles fazendeiros que ainda queiram iniciar e não tenham nenhum bosque natural podem escolher as áreas que sejam próprias para a agricultura, para a pecuária, mas que, por condições talvez de topografia, são solos excelentes. Nesses solos eles podem implantar essas espécies nativas, começando por reunir diversas espécies da própria região. O ideal é fazermos a propagação, onde já existiu floresta, daquelas espécies que são da região. É um problema diferente do Cerrado, porque é nele que vamos iniciar um ciclo florestal. Então, temos que trazer espécies de outros locais e começar um núcleo.

Tenho, na Universidade de Brasília, um núcleo que comeci em pleno Cerrado, e ele já é uma floresta com todas as características da Amazônia, só não tem os bichos, o insetos, e aquele solo com aquele laboratório microbiológico da Amazônia.

A missão da floresta é exatamente um complexo ecológico em que todos vivem em comum acordo, e em equilíbrio. Numa floresta não podemos matar o passarinho, não podemos tirar as borboletas, não podemos matar minhocas; a floresta é aquilo que está lá.

O técnico toma aquela floresta, e o regime é enriquecê-la. É o caso da América do Norte, da Europa, e é o que estão fazendo na África.

O Dr. Klein, *silvicultor* inglês, tornou-se célebre na Europa porque trabalhou muitos anos na floresta tropical africana, para estabelecer um regime que pudesse não destruir a floresta e dotá-la de produção perene.

Voltando ao problema, talvez a dificuldade esteja no encontro das mudas. Mas isto compete aos órgãos especializados a produzir estas mudas; para isso possuem corpo de técnicos habilitados.

**O SR. AMARAL PEIXOTO** — Infelizmente estas mudas não são encontradas, e quando qualquer fazendeiro, no Estado do Rio, pensa em fazer reflorestamento, apela, invariavelmente, se é na Baixada, para eucaliptos; se é na Serra, eucaliptos e o Pinus, porque os hortos não têm outras essências.

Pergunto o seguinte: no caso de regiões inteiramente devastadas existentes no Estado do Rio e no Estado do Rio Grande do Sul, que eu conheço bem, como ele poderia obter informações sobre as essências mais indicadas para aquelas regiões?

**O SR. EZECHIAS HERINGER** — É ler a literatura. Ele vai ver que, desde o período Imperial, já se discutia o problema das essências nobres. O aparecimento desse termo, *madeira-de-lei*, é justamente para as madeiras que o Imperador estabeleceu como de corte limitado: tinham o cerne como esta que está aí. As madeiras de cerne, como estas, passaram a ser chamadas madeira-de-lei.

Revendo a literatura vamos encontrar todas aquelas espécies que já estavam dentro da lei, que não podiam ser cortadas e foram destruídas, e que devem ser restabelecidas.

**O SR. AMARAL PEIXOTO** — S. S<sup>a</sup> não pensa que seria possível o Ministério da Agricultura organizar uma orientação para as diferentes regiões do País? Há pequenos proprietários do interior que não têm como obter esses elementos.

**O SR. EZECHIAS HERINGER** — Pode e é dever. Vou dizer a V. Ex<sup>a</sup> que já escrevi dez trabalhos sobre espécies, dentro de 10 gêneros, que ocorrem na região geo-econômica de Brasília, numa revista chamada Cerrado. Lá estão todos os dados, tudo o que se pode fazer para o plantio de desenvolvimento de florestas com aquelas espécies. Não sei porquê, não as lêem. Se não há procura não há produção, mas no momento em que houver produção de mudas e hou-

ver insistência do órgão que fiscaliza, então todo o mundo vai começar a plantar, porque sabe que quando plantar 90% de eucalipto será obrigado a plantar 10% de outra essência.

O SR. AMARAL PEIXOTO — Sr. Presidente, estou plenamente satisfeito não só com a exposição do Professor como, sobretudo, com os trabalhos que patrioticamente S. S<sup>a</sup> vem realizando. Muito obrigado.

O SR. EZECHIAS HERINGER — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira) — Com a palavra o nobre Senador Itamar Franco.

O SR. ITAMAR FRANCO — Professor, os nossos aplausos pela sua palestra.

Há poucos dias o Senado Federal discutia o problema das terras devolutas de Minas Gerais, em que aquele Governo solicitava autorização do Senado para vender terras devolutas com áreas de 1 milhão de hectares.

Nós, como Representantes, de Minas Gerais, levantamos o problema não só em relação ao preço mas sobre aspecto ecológico.

Dando um exemplo a V. S<sup>a</sup>: na região de Grão Mongol pediu-se autorização ao Senado Federal para se entregar a uma subsidiária estrangeira, 400 mil hectares. Para quê? Para se plantar eucaliptos e Pinus. Quando levantamos a questão era justamente propondo ao Senado Federal — e apresentamos inclusive projeto de resolução neste sentido — que ouvíssimos o órgão federal encarregado; no caso, o IBDF.

Quando vejo V. S<sup>a</sup> apresentando uma série de fatos e conclusões objetivos eu me apresso a congratular-me com V. S<sup>a</sup> e perguntar: se se entrega 1 milhão de hectares, quase que metade da área de Sergipe, a algumas firmas particulares — no Estado em que V. S<sup>a</sup>, mineiro como é, que trabalhou inclusive na região a que eu pertença, a Zona da Mata, em que temos quase que apenas 10% de área florestal de nosso Estado, para plantar eucalipto e Pinus, seria conveniente que se continuasse com esses distritos florestais apenas com a plantação de eucaliptos e Pinus?

Citou V. S<sup>a</sup>, muito bem, o aspecto do incentivo fiscal. O caso de Grão Mongol é muito mais sério: a firma particular aplica 10% de seu capital, busca 40% do Governo Federal e vai buscar 50% em outros organismos estrangeiros.

É por isso que nos insurgimos contra a aprovação desse projeto.

Perguntaria objetivamente a V. S<sup>a</sup>: é razoável que se proceda assim no Estado de Minas Gerais?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Definitivamente não. Diante da minha tese não haveria possibilidade. E é preciso acrescentar-se que é naquela região do Rio Doce para a frente, que existiu, e ainda existe um pouquinho, a madeira mais nobre e mais econômica do Brasil — o Ipê-Peroba ou a Peroba de Campo. Foi a madeira mais importante pelo volume que cada árvore produzia e pelo número de árvores por alqueire. Esta árvore está totalmente destruída. E porque não restituí-la, se o seu crescimento é relativamente rápido?

Conheço árvores que, com 20 anos, já são dessa grossura.

A vocação daquela região é quase só Ipê-Peroba, que é de uma aplicação extraordinária para várias finalidades. Ao lado do Ipê-Peroba, existe a essência florestal mais valiosa do mundo que é o Sebastião de Arruda.

O Sebastião de Arruda foi exportado clandestinamente com outros nomes. Ela é hoje uma madeira comprada a quilos: o japonês e o europeu compram o Sebastião de Arruda a quilos — podem ser pedaços pequeninhos — para fazer caixa de rádio, cabos de ferramentas de cutelaria de alto preço etc. A tora pode ser torta, grossa, pode ter o defeito que tiver e esta madeira é tão importante e é tão bonito o seu variegado de cores que qualquer quantidade será comprada. Essa madeira está quase extinta e é de fácil propagação.

O SR. ITAMAR FRANCO — Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira) — Com a palavra o nobre Senador Evandro Carreira.

O Sr. EVANCRO CARREIRA — Professor Ezechias Heringer — o cognome de Professor é insuficiente para lhe vestir a personalidade e eu preferiria chamá-lo de sacerdote druida, o novo evangelizador de que o homem precisa, o novo catequista, o amante da natureza, aquele que sai em missões de drendologia para advertir que o nosso comportamento imediatista há de nos levar a um fim escatológico, apocalíptico. Porque o homem, infelizmente, Mestre Ezechias — e eu me honro de assim chamá-lo, porque aprendi muito com a sua lição de hoje e serei um discípulo seu frequentando a Universidade — na corrida desenfreada à procura do lucro fácil, imediatista, como se esse lucro se mostrasse num horizonte acima de sua cabeça, ele não olha para o chão e corre atoleimadamente, não sabendo que se dirige para o precipício. Ele pensa que obterá lucro imediato através o boi — a celeberrima bovinocultura — meteram-lhe na cabeça que o boi é sinônimo de progresso, quando as grandes civilizações do mundo sobreviveram sem tomar conhecimento do boi.

A domesticação do boi foi resultado de muito pouco tempo.

A própria civilização Hindu, uma das mais antigas do mundo e com um patrimônio cultural e espiritual — que talvez venha a salvar a humanidade no próximo milênio, — procurou divinizar, sacramentar o boi, justamente para que o homem deixasse de buscar proteínas na carne bovina, que lhe é prejudicial.

Não quero fazer uma dissertação contra a dieta protéica bovina, mas salientar o aspecto que ela representa como fator de progresso e de desenvolvimento na perturbação do equilíbrio biológico.

Dar ênfase à cultura do boi, à pecuária, representa estar sempre a insultar os ecossistemas brasileiros, que se fundamentam, essencialmente, no equilíbrio florístico e o plantio das grandes pastagens exige esse comportamento a que V. S<sup>a</sup> se referiu; a devastação pura e simples, a destruição de tudo, ficando apenas a terra. Isto, para a nossa economia florestal representa um insulto, quando poderíamos dar atenção a essa atividade pecuária em áreas vocacionadas para isso. Temos no Brasil essa área. O que eu não compreendo é o apeduleio do planejador em querer teimar contra a natureza, quando temos os pampas gaúchos e Roraima.

A Amazônia não é uma unidade continuada; ela é constituída de nichos, de microrregiões. Roraima tem vocação para abrigar milhões e milhões de cabeças de gado. Os campos do puçuari, entre o Purus e o Madeira, têm vocação pecuarista, mas se teima em devastar as cabeceiras dos rios, e o que é mais grave ainda, como está acontecendo na Amazônia, principalmente na Amazônia oriental.

Meu ilustre mestre, fiz algumas anotações que gostaria de salientar para receber, mais tarde, ensinamentos maiores de V. S<sup>a</sup>. O problema, por exemplo, da homogeneidade arbórea que V. S<sup>a</sup> condena, exigindo a presença do inseticida e do fungicida para a proteção desta cultura. Eu perguntaria, para maiores esclarecimentos, se isso não representaria, talvez, o maior insulto ao equilíbrio da vida no planeta, do que a própria devastação florestal. O inseticida, mata o inseto; o fungicida, o fungo, então, são antibióticos, são atividades. Se, especificamente destroem um tipo microorganismo, também devem destruir outros tipos de microorganismos, e ao serem aspergidos nas grandes plantações descem para o solo e destruirão a vida microorgânica do solo. Serão carreados para os rios, para os talvegues, para as calhas e destruirão o plâncton desses rios.

A humanidade ainda não entendeu que temos que conseguir esse equilíbrio para evitar os inseticidas e fungicidas perniciosos através outros microrganismos e não através dessa técnica que, talvez, seja suicida.

É o que pergunto a V. Ex<sup>a</sup>: penso que deveríamos encaminhar o nosso combate em favor das florestas e também evitar a aplicação desses inseticidas e fungicidas.

Observei criança que tomou antibiótico com poucos dias de idade; o antibiótico destruiu-lhe a fauna e a flora intestinais, responsáveis pelo equilíbrio da sua vida digestiva e se desenvolveu na criança um fungo adverso a açúcares. Depois o médico explicou-me, fazendo exames.

Quando vi a criança querendo comer e sem febre, mas se desintegrando — tudo que ela comia era desintegrado — eu disse aos médicos: “há qualquer coisa de errado; há necessidade de um exame mais percuciente.” Resolveram então fazer um exame muito mais sério na fauna e flora intestinais e concluíram pela presença desse fungo que é adverso a açúcares. Tudo que a criança comia tinha açúcar, e era por isso que o alimento se desintegrava. Foi preciso fazer uma substância, em laboratório, que não tinha açúcar ou tinha aquela glicose do leite materno. Era o único com o qual o fungo não se abespinhava e não se irritava, o que prova que o antibiótico, tanto no intestino da criança como sob a natureza, é pernicioso, porque vai destruir um mundo que sustenta o equilíbrio.

Outra pergunta, que gostaria de fazer, meu nobre mestre e esta seria dirigida ao IBDF, em virtude da preocupação do nobre Senador Amaral Peixoto.

O proprietário bem intencionado na manutenção da sua reserva florestal quer mudas adaptáveis ao seu nicho, mas não tem onde encontrá-las, a não ser o eucalipto ou o Pinus, porque é os que lhes são ofertados com maior facilidade. Então, alvitraria que o IBDF tivesse reservas naturais, com mudas. Estudando cada área, em cada Estado, em cada região natural, ele se ocuparia da pesquisa em convênio com o Instituto de pesquisa que atuasse na área, para conhecer quais as vocações de cada área, quais as mudas e produção dessas mudas e, vou mais além; no campo fitológico, no campo zológico da fauna regional, especificamente com relação a minha região, a Amazônia.

O IBDF vem dando cumprimento a uma lei que proíbe a comercialização de peles e couros de animais silvestres. Isto tem provocado, na Amazônia, um problema muito sério, de ordem inclusive sócio-econômica; o homem do interior, na Amazônia Ocidental — a não ser em Roraima — não há grandes rebanhos bovinos e o homem vive do peixe e da caça da capivara, da anta, do quati etc. Ele não pode mais matar um animal e comercializar o couro porque a lei o proíbe. Então ele mata, porque tem de comer quando escasseia o peixe, ou por um mecanismo de sobrevivência, também porque é no animal que vai encontrar certos recursos nutritivos, e contrabandeia, a pele ou o couro, porque o IBDF não tem condições de policiar e nem o terá em cinco milhões de anos. O IBDF não pode estar na casa de cada caboclo que se localiza em cada meandro, em cada beiradão, em cada paranã e em cada lago. Contrabandeia e as técnicas se multiplicam, se potencializam para o contrabando. Imagine que eles já conseguiram colocar dentro de um saco plástico as peles e meterem debaixo da embarcação e amarram à quilha. Quer dizer, precisa-se de um sonar para o IBDF conseguir encontrar.

Trata-se de uma lei inexecutável, inócua, que não funciona. Mas com isto o que faz o homem do interior, numa imensidão daquela população rarefeita? Sem condições de sobreviver, porque não pode comercializar a caça, ele migra, vai para os centros populacionais, angustiando-se através da marginalidade na periferia das metrópoles.

O IBDF, ao invés de proibir a comercialização de couros e peles, deveria implantar reservas zoológicas da fauna nativa, como se faz em outras áreas até com intuito turístico, como em Tanganica e no Quênia. Temos condições de fazer isso na Amazônia para que se proliferem a anta e a capivara, que já têm defesas naturais; não precisam de vacinação contra a aftosa, nem contra coqueluche bovina e nem a poliomielite bovina. Os animais estão vacinados pela natureza, já estão ajustados ao equilíbrio, ao mecanismo biológico do Amazonas. Bastaria que o IBDF, ao invés de punir, pagasse àqueles que trouxessem um casal, estimulando não o morticínio — contrabando — mas a proliferação.

O preço que o regatão ou que o contrabandista na fronteira da Colômbia, da Bolívia, do Peru paga pelo couro, o IBDF pagaria pelo animal vivo e assim poderia incrementar a proliferação e a preservação dessa fauna.

É importante este comportamento do IBDF dentro da Amazônia porque o esvaziamento da Amazônia é natural por falta de apoio às suas essências, não só fitológicas, como a hêvea como a bertolêia excelsa, mas agora contra a fauna que o homem não pode comercializar. Transformando-se em contrabandista e tornando-se um anti-brasileiro.

V. Sr. enfocou o sebastião de arruda. Talvez escape a 99% dos brasileiros a noção dessa essência extraordinária.

Se plantássemos sebastião de arruda ganharíamos mais do que com o boi, sem provocar uma perturbação desse equilíbrio biológico da nossa ecossfera brasileira. Vejam bem que o Brasil pode conseguir divisas lá fora não só vendendo carne bovina, mas vendendo essas essências; cada dia que se passar mais elas se valorizarão.

O plástico estará superado, meu ilustre conferencista, dentro de trinta a quarenta anos e quando as reservas não renováveis de petróleo desaparecerem teremos que nos voltar para a madeira; teremos que voltar à selva que, como da hêvea, da qual temos hidrocarbonetos e somos capazes de tirar tudo dela. Temos a mandioca, em que o Governo está reconhecendo ter que partir para o álcool anidro, abastecendo os nossos motores a explosão *in totum*, com álcool, e não apenas na base de 20%.

A importância da cobertura florestal brasileira é primacial, é fundamental: porque proteínas podemos tirar das árvores para fazer o bife, o filé, o guisado, o cozido do futuro. Podemos tirar das árvores proteínas iguais as que são produzidas no animal; podemos tirar do peixe aproveitando as reservas hidrográficas — e as temos em grande quantidade e sem poluí-las.

Quero integrar-me entre os seus discípulos para que toda vez que V. Sr. for falar, manifestar-se a respeito disso, que representa dezenas e dezenas de anos de estudo, de meditação e de evangelização, peço, com humildade, que me comunique para estar presente e ouvir as suas aulas. Muito obrigado.

O SR. EZECHIEL HERINGER — Passarei a responder com os principais tópicos salientados pelo nobre Senador.

O primeiro tópico salientado foi sobre florestas homogêneas ou seja aquelas constituídas de uma única espécie.

Se voltarmos para a lição da natureza, no mundo, vamos verificar que ela não criou nenhuma floresta nativa homogênea, nem mesmo naquelas localidades onde as funções ecológicas não permitiram que se desenvolvessem outras além das coníferas.

No Japão, que é um dos países onde as coníferas são mais frequente, há localidades em que, na mesma área de poucos metros quadrados, encontram-se seis espécies diferentes de coníferas. Nos Estados Unidos, no Canadá, na Europa as florestas são sempre heterogêneas. Entre as coníferas estão as lacfoliadas que se desenvolvem de comum acordo.

É temeroso tentarmos o estabelecimento de florestas com espécies únicas, quaisquer que sejam elas, não é só o eucalipto. Se quisermos fazer uma floresta só de certo ou de sebastião de arruda estaremos incorrendo no mesmo erro.

O que temos que fazer — e é o que digo sempre aos meus alunos — é copiar a natureza: a maior professora é a própria natureza.

No segundo item, V. Ex<sup>a</sup> se referia à produção de mudas de essências naturais. Aqui o problema reside, principalmente, na falta de dendrólogos, no Brasil. Por incrível que seja, temos no Brasil, talvez somente três pessoas que conhecem a fundo as essências florestais do Brasil. É o Professor Rizini, do Rio de Janeiro; o Dr. Manieri, da Universidade de São Paulo, e esse humilde orador. São os três únicos conhecedores, a fundo, de dendrologia. Conhecemos a planta pela madeira, pela folha, pela flor e, pela plantinha nova, e sabemos como essas espécies se propagam. Os botânicos conhecem a espécie. Interessa aos botânicos apenas saber que a espécie tem tal

nome e nada mais. Já para o dendrólogo, não; ele deve conhecer a espécie na sua integridade.

A respeito desse fator a que V. Ex<sup>a</sup> se referiu, da mortandade ou da caça dos animais na Amazônia, eu não acho muito grave o problema porque os grandes animais, facilmente, podem se repovoar, numa floresta, quando a sua população cai muito. É muito difícil ao homem extinguir uma raça, uma espécie animal na floresta. Outras consequências é que podem levar à extinção de uma espécie. O homem dificilmente pode extinguir uma espécie de peixes, ou de animal, quando não entra em destruição a floresta. Se o homem está caçando em uma floresta virgem, ele nunca conseguirá destruir uma espécie, porque elas têm a sua defesa, quando ela vê que a população está descendo ela começa a se refugiar em pontos onde pode se propagar, pode criar, sem aquele seu inimigo natural.

Para manter-se a população é que se aconselha a criação de reservas ecológicas espalhadas pela superfície desta grande Pátria, porque nelas é que estarão os nichos onde esses animais vão se desenvolvendo. No momento em que uma população de um determinado animal cresce muito ele sai da área, e passa a ser material para os caçadores, especialmente os que V. Ex<sup>a</sup> citou: a capivara, a anta, o veado — os maiores — o caititu. Quando houver excesso de população na área ela começa a sair. Essa é uma das grandes vantagens das reservas ecológicas que a Secretaria do Meio Ambiente deve implantar com urgência no Brasil. O Governo deve abrir verbas. O Legislativo deve facilitar para que essas reservas ecológicas sejam implantadas, porque elas é que vão ser a garantia de tudo isso, vão ser a garantia da segurança daquilo que recebemos e mantemos para o nosso próprio benefício.

Há naquela região duas essências que estão quase extintas: o jacarandá da baía e o sebastião de arruda. Poderíamos fazer florestas heterogêneas com sebastião de arruda e jacarandá da baía, de permeio com outras espécies, como seja o cedro, o ipê peroba e podemos incluir o eucalipto, porque não? Para cada dez dessas, podemos incluir vinte de eucalipto, desde que se fizesse um manejo para que esse comportamento fosse eficiente. Então, teríamos — como disse o nobre Senador — a segura divisa anualmente desse material. Os dinamarqueses e os noruegueses têm as suas florestas ordenadas de tal forma que eles sabem o incremento, metro cúbico, hectare/ano, já sabem quantas toneladas de aço fino poderão exportar. Com aquele material eles sabem quantos metros cúbicos de carvão farão por ano e quantas toneladas de aço fino podem exportar; o aço fino é feito com carvão vegetal.

Poderíamos fazer com as nossas florestas um ordenamento semelhante, apenas teríamos que esperar uns quarenta ou cinquenta anos para implantação desse ciclo florestal e, depois, estaríamos com uma produção perenemente assegurada. Uma mata com essas essências florestais inativas, com a propagação natural teríamos sempre árvores maduras que deveriam ser cortadas e postas à venda e outras surgirão. Se feito um arroteamento com os ciclos florestais bem divididos, teríamos sempre talhões onde iríamos explorar aquelas árvores maduras. Se tivéssemos uma grande área poderíamos saber, pelo incremento dessas essências, quantos metros cúbicos de cada uma poderíamos exportar. E lembrou muito bem V. Ex<sup>a</sup>, que será para o futuro, já é agora e será para o futuro uma fonte de divisa de alto valor.

**O SR. EVANDRO CARREIRA** — Gostaríamos de uma explicação a respeito do uso dos antibióticos na água e no solo.

**O SR. EZECHIAS HERINGER** — Nobre Senador, em assuntos florestais nunca jamais se usarão defensivos, porque as árvores já são selecionadas para o meio, estão preparadas para o convívio com o meio, e nunca haverá necessidade da aplicação de produtos químicos para combate à praga ou para o combate a doenças. A mesma coisa deve fazer-se com a arborização das cidades, das ruas e das rodovias; devem-se usar sempre essências florestais regionais que já estão imunes, ou que já estão em equilíbrio com aqueles insetos, com aqueles fungos que vivem na região. Os insetos vivem em

equilíbrio; aquele que quer atacar uma árvore ele já tem o seu inimigo natural, quando a população sobe muito, o inimigo natural sobe muito, também. Temos uma oscilação na população de fauna e flora em completo equilíbrio e não haverá nenhum perigo, nenhuma necessidade, só em casos excepcionais, porque em casos excepcionais, ocorre também com a população humana, pode surgir um vírus que repentinamente, forma uma epidemia. Aí tem que vir o medicamento em defesa da população. É o que ocorre na floresta: pode surgir uma determinada borboleta que, por uma razão qualquer, teve ambiente favorável de se desenvolver de forma tal que tem quer ser combatida, mas, isso ocorre em casos raríssimos.

**O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira)** — Concedo a palavra ao nobre Senador Adalberto SENA.

**O SR. ADALBERTO SENA** — Nobre Conferencista, já não preciso responder às palavras de aplauso que me ocorreram também, porque acho que esses aplausos já foram suficiente e sinceramente externados pelos que me antecederam.

Como estou em último lugar, estou numa situação muito difícil, porque algumas das perguntas que tinha anotado já foram respondidas por V. S<sup>a</sup>, sobretudo aquelas indagações do nobre Senador Amaral Peixoto, a respeito da acessibilidade que os fazendeiros, proprietários de terras áridas, impróprias para agricultura, teriam de obter essas espécies, e não do eucalipto que está acessível, hoje, a todo mundo. Essa acessibilidade, penso que não deveria ser apenas em termos de oferta de estudos já feitos pelo Ministério da Agricultura. O que compreende e que para o homem do interior é muito difícil ele perceber a existência dessas coisas, e mesmo quando as percebe, chegar a tais estudos. Eu pensaria nessa acessibilidade, em termos de um manual que indicasse as espécies e as providências, mais concretas, do Ministério da Agricultura, no sentido de que tais espécies, tais mudas ou clonados, seja o que for, venham estar, facilmente, à disposição desses fazendeiros em locais apropriados. Mas V. S<sup>a</sup> já respondeu a essa pergunta, vamos deixá-la.

Queria fazer algumas perguntas.

V. S<sup>a</sup> disse entre as sugestões — aliás, V. S<sup>a</sup> colocou em primeiro lugar, não sei se pela sua preferência pelo Planalto de Brasília, onde está trabalhando há tantos anos — que uma das providências seria o deslocamento das espécies brasileiras de outras áreas para o cerrado.

Não poderíamos fazer o contrário? Não digo levar direto para outras regiões que não fosse o cerrado — já não digo para a Amazônia, com problemas mais difíceis, mas para regiões como na Bahia, por exemplo. Segundo estou informado já têm sido adaptadas muitas espécies, inclusive amazônicas, como o caso do guaraná.

Estive uma vez num Simpósio realizado na Amazônia, quando se tratou do caso do Guaraná que era plantado somente na região de Maués e, hoje, já está sendo explorado, em mais larga escala, naquela região.

Quando o Sr. Senador Clodomir Millett e eu, fizemos no Senado a comunicação do fato de que a cultura do guaraná estava se estendendo em outras áreas, recebi um trabalho de um baiano que, espontaneamente, nos ofereceu, mostrando que na Bahia, eles estavam produzindo guaraná em melhores condições e em maiores quantidades do que nessas áreas de cultura da Amazônia. V. S<sup>a</sup> disse, — é a terceira indagação que faço — que a maior professora que temos é a própria natureza. Eu perguntaria então — sem que nisso haja nenhuma observação, como se V. S<sup>a</sup> tivesse incorrido numa incoerência — como se conciliar essa sua declaração de que natureza é a melhor professora, com essa sugestão no sentido de transportar espécies de uma área para as outras?

Finalmente, gostaria que V. S<sup>a</sup> me dissesse — essa é uma pergunta um tanto pessoal e que, nas anotações que tomei, diz que o jacarandá da baía tem uma grande vocação para o cerrado como também o pau-de-balsa da Amazônia. Perguntaria, se esse sebastião de arruda tem vocação para a região de Brasília?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Nobre Sr. Senador, passarei a responder às suas interpelações.

A primeira poderei responder com relativa facilidade, porque o tempo não me permitiu que chegasse a tais esclarecimentos que não o deixasse em dúvida.

A lição do geneticista americano Clausen, é válida para todas as espécies de todas as regiões. V. Ex<sup>a</sup> pode verificar o que fiz: plantei a imbuia do sul na Estação Experimental de Água Limpa, com um sucesso extraordinário. Ela se desenvolveu maravilhosamente. Sendo uma espécie lá do sul, onde o clima, em certa época do ano, atinge até zero grau foi excelentemente bem sucedida naquela região. Temos plantado no Planalto, a seringueira, que é da Amazônia, portanto, de clima tropical úmido. Essa árvore está na propriedade do falecido Deputado Plínio Salgado, a quem muito me afeiçoava.

Lá há uma seringueira com mais ou menos 4 metros de altura, com uns 10 ou 15 centímetros de diâmetro e com a idade, mais ou menos de 10 anos, no máximo. Essa seringueira já floriu e frutificou duas vezes. É preciso que esperemos, no mínimo, 20 anos, porque já está demonstrado, cientificamente, que a seringueira com menos de 20 anos, mesmo na Amazônia, não solta o látex. É como a vaca leiteira que prende o leite. É preciso usar alguns artifícios para que esse leite saia. Até mesmo na Amazônia, ultimamente, têm sido aplicados produtos químicos para fazer com que a lactação da seringueira seja feita num período mais longo, para que se possa tirar mais leite, mas isso não é muito conveniente, porque V. Ex<sup>a</sup> sabe que se tirar muito leite de uma vaca, estará exaurindo o animal — a mesma coisa no caso da árvore, que poderá morrer com isso.

Essa deslocação de árvores de diferentes frutos do País, trocas do Sul para Bahia, da Bahia para o Sul, da Amazônia para o cerrado, da Zona da Mata para o cerrado, tudo isso pode ser feito, com a hipótese de que os resultados sejam bons.

A minha afirmativa é apenas com referência àquelas árvores que experimentei da Amazônia, e tiveram um comportamento excelente no cerrado, isso porque parecia que há uma contradição entre a Ecologia do cerrado e a Ecologia da Amazônia, mas quando se raciocina a fundo, verificamos que há uma certa analogia, principalmente no solo.

O solo da Amazônia é fraco e não reflete a exuberância da floresta; lá há uma floresta climática — não é o espelho do solo. Então já se elimina, de início, o efeito do solo sobre a floresta. O limitante para as espécies da Amazônia seria a água, porque o que há em abundância lá, é água. Aqui temos luz e temperatura suficientes. Só falta a água. Como disse, precisa-se de um pouco de água que se aplique no plantio, enquanto a floresta se implanta, até que suas raízes aprofundem, e encontrem, no lençol freático, água bastante para sua sobrevivência, porque no cerrado há sempre bastante água para sobrevivência, e é por isso que obtive resultados extraordinários com as espécies da Amazônia no cerrado. Mas não quero dizer, com isso, que não possamos fazer outras permutas, porque outras permutas têm dado resultados extraordinários. O que temos que fazer é começar, imediatamente, esse trabalhos mas, para isso, temos que preparar muitos dendrólogos e não temos dendrólogos — e é uma ciência que está tateando em nosso País e é talvez, por isso, que estamos vendo esse descabro.

O SR. ADALBERTO SENA (MDB — AC) — E não temos nem escolas para isso, não é?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Não! As escolas de florestas podiam formar dendrólogos, mas o que ocorre é o seguinte: ...

O SR. ADALBERTO SENA (MDB — AC). — É que não há procura de escolas, não é?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Não! Vou explicar o assunto: tenho colegas que são dendrologistas e que são professores

em escolas de floresta, mas foram fazer mestrado nos Estados Unidos, doutoramento na Europa ou na América Central onde as árvores são completamente diversas das nossas. Então, volta um dendrólogo centro-americano, um dendrólogo norte-americano, um dendrólogo europeu, mas não há dendrólogo brasileiro. Quando ele chega, não conhece uma árvore da nossa floresta. Então, fazer dendrologia? Como é que ele vai defender uma coisa que não conhece? Ele não conhece o que é peroba, e nem o que é cedro. Como é que ele vai defender? Então, é necessário fazer escola nas próprias escolas de floresta e criar dendrólogos que conheçam as nossas florestas. Esse é o problema.

O SR. ADALBERTO SENA — Existe a cadeira de dendrólogo?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Sim.

O SR. ADALBERTO SENA — Não há um interesse pela especialização. Certo?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Eu tenho aqui a minha colega que está trabalhando comigo. Como V. Ex<sup>a</sup> vê, os meus cabelos já estão brancos e já passei da idade de lecionar. Preciso arranjar alguém que leve para frente a minha ciência, a minha obra e a minha pregação. Ela está aprendendo comigo justamente para fazer isso. Daqui a alguns anos virá me substituir porque estou na hora de deixar a Cátedra, de deixar de dar aula.

O SR. ADALBERTO SENA — O que é lamentável!

O SR. EZECHIAS HERINGER — Mas, pesquisar, continuarei até morrer. Agora, a conciliação a que V. Ex<sup>a</sup> se referia, da lição da natureza com a transposição de outras espécies, é justamente nesse sentido que temos que experimentar. Vamos verificar que a espécie tal, que foi levada daqui à Bahia está se comportando bem. V. Ex<sup>a</sup> citou o guaraná. Não se imaginaria que o guaraná, da Amazônia, fosse se dar bem na Bahia num clima bem diferente onde não é tão úmido, tão quente, e deu-se bem. O que temos que fazer é experimentação com aquele material vivo que possuímos. Mas, nós nos embevecemos numa essência exótica que tem desenvolvimento rápido, fácil, porque a transposição da muda é fácil. Por isso todo mundo quer produzir muda. Então, eu mesmo ensino, nas minhas aulas, produção de mudas de eucalipto. Eucalipto é uma coisa tão fácil que qualquer horticultor prático poderá produzir. Mas das minhas essências, não. Essas, eu ensino, porque já precisam de um certo conhecimento.

O SR. ADALBERTO SENA — Apenas uma perguntinha. Essas reservas ecológicas que V. S<sup>a</sup> recomendou — aliás, respondendo às indagações do nobre Senador Evandro Carneira — devem obrigatoriamente coincidir com os parques nacionais ou podem ser coisas distintas? Porque o parque nacional é uma reserva ecológica.

O SR. EZECHIAS HERINGER — Não. Há uma diferença. O parque nacional é criado para preservar a natureza em toda a sua pujança e beleza mas com acesso do povo. É criado para o povo. O povo vai lá para ver as árvores, os animais.

O SR. ADALBERTO SENA — É turístico também!

O SR. EZECHIAS HERINGER — Sim, mas para o povo. Agora, a reserva ecológica, não. É só para o cientista. O povo não entra em reserva biológica; é o cientista que entra e acompanha todo o desenvolvimento daqueles macroclimas ou microclimas ecológicos etc. Só o cientista. É o laboratório vivo do cientista.

O SR. ADALBERTO SENA — Essas reservas seriam espalhadas pelo território nacional?

O SR. EZECHIAS HERINGER — Essas reservas deviam ser espalhadas e distribuídas de acordo com os sistemas climáticos à me-

dida que fossem descobertas. Para cada climático ecológico devia implantar-se ali uma reserva ecológica. Temos vários tipos de cerrados. Para a floresta amazônica, como disse o nobre Senador, encontram-se vários tipos de florestas. Então, devia ser preservado, em cada lugar, aquele tipo de floresta, porque aquele tipo de floresta também preserva diferentes tipos de animais para que se tenha, então, um material vivo e para um estudo futuro. Como disse, se daqui a alguns anos os nossos alunos forem fazer testes para mestrados, doutoramentos, vão ter que buscar e não vão achar nem cerrado para as teses porque não haverá nenhuma reserva, não há preservação do cerrado. É razão por que eu lutei para que tivéssemos estas duas áreas protegidas porque, se não, daqui a pouco tempo não teremos mais cerrado em lugar nenhum. Disse que se o homem da máquina, na Amazônia arranca tudo, imagine no cerrado. Ele acabaria com esse cerrado e viraria pó em pouco tempo.

O SR. ADALBERTO SENA — Muito obrigado a V. S<sup>a</sup>

O SR. PRESIDENTE (Benedito Ferreira) — Professor Ezechias, a par dos agradecimentos à inestimável contribuição que V. S<sup>a</sup> traz a esse simpósio promovido pela Comissão de Agricultura, é meu desejo também dar-lhe uma explicação. A ausência da maioria dos membros desta Comissão, empenhada e interessada em beber conhecimentos, como os que V. S<sup>a</sup> nos acabou de trazer, ela se justifica, vez que o Senado Federal, tendo na sua estrutura tantas Comissões quantas existem na Câmara dos Deputados, o número de representantes permite uma situação, realmente, inversa à nossa, isto é, aqui muitas vezes o Senador é obrigado a participar, como representante da sua bancada e pela sua especialidade, às vezes, em cinco, seis comissões dado o número restrito que somos. Coincidentemente hoje reuniu-se, nesse período, nesta fase desta palestra tão importante que V. S<sup>a</sup> nos traz, a quase totalidade das Comissões Técnicas desta Casa. Eu, no caso, que sou Vice-Presidente desta Comissão, em virtude da ausência justificada do nobre Senador Orestes Quêrcia, tive que deixar outras Comissões para aqui socorrer, como Vice-Presidente, a esta falha do Presidente. É o caso, como disse, da maioria dos Srs. Senadores. Mas, esteja certo V. S<sup>a</sup> que sei que muitos vão lamentar porque, ao tomarem conhecimento de todas as informações técnicas e científicas que V. S<sup>a</sup> nos deixou, nesta oportunidade, e mesmo além da sua palestra, esses conhecimentos posteriores às inda-

gações dos Srs. Senadores, muitos hão de lamentar, mas Deus há de permitir que, em outras oportunidade, possam eles desfrutar aquilo que nós, os presentes, desfrutamos com sua presença e com essa contribuição valiosa que traz a este simpósio.

Receba da Presidência, no caso, também, da parte do Sr. Senador Orestes Quêrcia, o nosso muito obrigado pelo seu comparecimento. (Palmas.)

(Encerra-se às 12 horas e 50 minutos.)

## COMISSÃO DE AGRICULTURA

### 14ª REUNIÃO (EXTRAORDINÁRIA), REALIZADA EM 23 DE JUNHO DE 1976

Às dezesseis horas do dia vinte e três de junho de mil novecentos e setenta e seis, presentes os Srs. Senadores Orestes Quêrcia — Presidente, Paulo Guerra, Itálio Coelho, Agenor Maria e Benedito Ferreira, reúne-se a Comissão de Agricultura na Sala "Epitácio Pessoa".

Deixam de comparecer, com motivo justificado, os Srs. Senadores Vasconcelos Torres e Mendes Canale.

O Sr. Presidente, Senador Orestes Quêrcia, ao constatar a existência de número regimental, declara abertos os trabalhos, após ter sido dispensada a leitura da Ata da reunião anterior, que, em seguida, é dada como aprovada.

Ao Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1976, que define "moagem colonial", e dá outras providências, o Sr. Senador Agenor Maria apresenta parecer pela aprovação.

Após ter sido submetido à discussão, e votação, é rejeitado o parecer apresentado pelo Sr. Senador Agenor Maria. Votaram pela aprovação do parecer do Relator os Srs. Senadores Itálio Coelho e Agenor Maria e pela rejeição os Srs. Senadores Paulo Guerra, Benedito Ferreira e Orestes Quêrcia.

Em seguida, é aprovado o voto em separado de autoria do Sr. Senador Paulo Guerra, que se torna, conseqüentemente, o Parecer da Comissão, favorável ao Projeto com a alteração consubstanciada pela Emenda oferecida de nº 1-CA.

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Marcus Vinicius Goulart Gonzaga, Assistente da Comissão, a presente Ata, que, lida e aprovada, será assinada pelo Sr. Presidente e vai à publicação.

### MESA

Presidente:  
Magalhães Pinto (ARENA—MG)

1º-Vice-Presidente:  
Wilson Gonçalves (ARENA—CE)

2º-Vice-Presidente:  
Benjamin Farah (MDB—RJ)

1º-Secretário:  
Dinarte Mariz (ARENA—RN)

2º-Secretário:  
Marcos Freire (MDB—PE)

3º-Secretário:  
Lourival Baptista (ARENA—SE)

4º-Secretário:  
Lenoir Vargas (ARENA—SC)

Suplentes de Secretários:

Ruy Carneiro (MDB—PB)  
Renato Franco (ARENA—PA)  
Alexandre Costa (ARENA—MA)  
Mendes Canale (ARENA—MT)

### LIDERANÇA DA ARENA E DA MAIORIA

Líder  
Petrônio Portella  
Vice-Líderes  
Eurico Rezende  
Jarbas Passarinho  
José Lindoso  
Mottos Leão  
Osires Teixeira  
Ruy Santos  
Saldanha Derzi  
Virgílio Távora

### LIDERANÇA DO MDB E DA MINORIA

Líder  
Franco Montoro  
Vice-Líderes  
Mauro Benevides  
Roberto Saturnino  
Itamar Franco  
Evandro Correia

### COMISSÕES

Diretor: José Soares de Oliveira Filho  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefones: 23-6244 e 24-8105 — Ramais 193 e 257

#### A) SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: Cláudio Carlos Rodrigues Costa  
Local: Anexo II — Térreo  
Telefone: 24-8105 — Ramais 301 e 313

#### COMISSÃO DE AGRICULTURA — (CA)

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Orestes Quércia  
Vice-Presidente: Benedito Ferreira

##### Titulares

1. Vasconcelos Torres
2. Paula Guerra
3. Benedito Ferreira
4. Itálio Coelho
5. Mendes Canale

##### Suplentes

1. Aldevir Leal
2. Otair Becker
3. Renato Franco

##### MDB

1. Agenor Maria
2. Orestes Quércia

1. Adalberto Sena
2. Amaral Peixoto

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 706  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

#### COMISSÃO DE ASSUNTOS REGIONAIS — (CAR)

(7 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Cattete Pinheiro  
Vice-Presidente: Agenor Maria

##### Titulares

1. Cattete Pinheiro
2. José Guimard
3. Teotônio Vilela
4. Renato Franco
5. José Esteves

##### ARENA

##### Suplentes

1. Saldanha Derzi
2. José Sarney
3. Benedito Ferreira

##### MDB

1. Agenor Maria
2. Evandro Correia

1. Evelásio Vieira
2. Gilvan Rocha

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.  
Reuniões: Terças-feiras, às 10:00 horas.  
Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA — (CCJ)

(13 Membros)

##### COMPOSIÇÃO

Presidente: Accioly Filho  
1º-Vice-Presidente: Gustavo Capanema  
2º-Vice-Presidente: Paulo Brossard

##### Titulares

1. Accioly Filho
2. José Sarney
3. José Lindoso
4. Helvídio Nunes
5. Itálio Coelho
6. Eurico Rezende
7. Gustavo Capanema
8. Heitor Dias
9. Henrique de La Rocque

##### ARENA

##### Suplentes

1. Mottos Leão
2. Otto Lehmann
3. Petrônio Portella
4. Renato Franco
5. Osires Teixeira

##### MDB

1. Dirceu Cardoso
2. Leite Chaves
3. Nelson Carneiro
4. Paulo Brossard

1. Franco Montoro
2. Mauro Benevides

Assistente: Maria Helena Bueno Brando — Ramal 305.  
Reuniões: Quartas-feiras, às 10:00 horas  
Local: Sala "Clávis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL — (CDF)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Heitor Dias  
Vice-Presidente: Adalberto Sena

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Helvídio Nunes
2. Eurico Rezende
3. Renato Franco
4. Osires Teixeira
5. Saldanha Derzi
6. Heitor Dias
7. Henrique de La Rocque
8. Otair Becker

1. Augusto Franco
2. Luiz Cavalcante
3. José Lindoso
4. Virgílio Távora

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Lázaro Barboza
3. Ruy Carneiro

1. Evandro Carreira
2. Nelson Carneiro

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 9,00 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE ECONOMIA — (CE)**

(11 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Milton Cabral  
Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Milton Cabral
2. Vasconcelos Torres
3. Jessé Freire
4. Luiz Cavalcante
5. Arnan de Mello
6. Jarbas Passarinho
7. Paulo Guerra
8. Renato Franco

1. Benedito Ferreira
2. Augusto Franco
3. Ruy Santos
4. Cattete Pinheiro
5. Helvídio Nunes

**MDB**

1. Franco Montoro
2. Orestes Quércia
3. Roberto Saturnino

1. Agenor Maria
2. Amoral Peixoto

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA — (CEC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Tarso Dutra  
Vice-Presidente: Henrique de La Rocque

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Tarso Dutra
2. Gustavo Capanema
3. João Calmon
4. Henrique de La Rocque
5. Mendes Canale
6. Otto Lehmann

1. Arnan de Mello
2. Helvídio Nunes
3. José Sarney
4. Ruy Santos

**MDB**

1. Evelásia Vieira
2. Paulo Brossard
3. Adalberto Sena

1. Franco Montoro
2. Itamar Franco

Assistente: Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10,00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE FINANÇAS — (CF)**

(17 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Amoral Peixoto  
Vice-Presidente: Teotônio Vilela

**Titulares****Suplentes****ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Benedito Ferreira
3. Alexandre Costa
4. Fausto Castelo-Branco
5. Jessé Freire
6. Virgílio Távora
7. Mattos Leão
8. Tarso Dutra
9. Henrique de La Rocque
10. Helvídio Nunes
11. Teotônio Vilela
12. Ruy Santos

1. Daniel Krieger
2. José Guimard
3. José Sarney
4. Heitor Dias
5. Cattete Pinheiro
6. Osires Teixeira

**MDB**

1. Amoral Peixoto
2. Leite Chaves
3. Mauro Benevides
4. Roberto Saturnino
5. Ruy Carneiro

1. Danton Jobim
2. Dirceu Cardoso
3. Evelásio Vieira

Assistente: Marcus Vinicius Goulart Gonzaga — Ramal 303.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10,30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.



**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO SOCIAL — (CLS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Nelson Carneiro

Vice-Presidente: Jessé Freire

**Titulares**

1. Mendes Canale
2. Domicio Gondim
3. Jarbas Passarinho
4. Henrique de La Rocque
5. Jessé Freire

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Eurico Rezende
3. Accioly Filho

**ARENA**

1. Franco Montoro
2. Nelson Carneiro

1. Lázaro Barboza
2. Ruy Carneiro

Assistente: Daniel Reis de Souza — Ramal 675

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE MINAS E ENERGIA — (CME)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: João Calmon

Vice-Presidente: Domicio Gondim

**Titulares**

1. Milton Cabral
2. Arnon de Mello
3. Luiz Cavalcante
4. Domicio Gondim
5. João Calmon

**Suplentes**

1. Paulo Guerra
2. José Guimard
3. Virgílio Távora

**ARENA**

1. Dirceu Cardoso
2. Itamar Franco

1. Gilvan Rocha
2. Leite Chaves

Assistente: Ronaldo Pacheco de Oliveira — Ramal 306.

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE REDAÇÃO (CR)**

(5 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Danton Jobim

Vice-Presidente: Renato Franco

**Titulares**

1. José Lindoso
2. Renato Franco
3. Otto Lehmann

**Suplentes**

1. Virgílio Távora
2. Mendes Canale

**ARENA**

1. Danton Jobim
2. Orestes Quêrcia

1. Dirceu Cardoso

Assistente: Maria Carmen Castro Souza — Ramal 134.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 623.

**COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES — (CRE)**

(15 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Daniel Krieger

1º-Vice-Presidente: Luiz Viana

2º-Vice-Presidente: Virgílio Távora

**Titulares**

1. Daniel Krieger
2. Luiz Viana
3. Virgílio Távora
4. Jessé Freire
5. Arnon de Mello
6. Petrônio Portella
7. Saldanha Derzi
8. José Sarney
9. João Calmon
10. Augusto Franco

**Suplentes**

**ARENA**

1. Accioly Filho
2. José Lindoso
3. Cattete Pinheiro
4. Fausto Castelo-Branco
5. Mendes Canale
6. Helvídio Nunes

**MDB**

1. Danton Jobim
2. Gilvan Rocha
3. Itamar Franco
4. Leite Chaves
5. Mauro Benevides

1. Nelson Carneiro
2. Paula Brossard
3. Roberto Saturnino

Assistente: Cândido Hipperth — Ramal 676.

Reuniões: Quartas-feiras, às 10:30 horas.

Local: Sala "Rui Barbosa" — Anexo II — Ramais 621 e 716.

**COMISSÃO DE SAÚDE — (CS)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Fausto Castelo-Branco

Vice-Presidente: Gilvan Rocha

**Titulares**

1. Fausto Castelo-Branco
2. Cattete Pinheiro
3. Ruy Santos
4. Otair Becker
5. Altevir Leal

**Suplentes**

**ARENA**

1. Saldanha Derzi
2. Mendes Canale

**MDB**

1. Adalberto Sena
2. Gilvan Rocha

1. Evandro Carreira
2. Ruy Carneiro

Assistente: Lêda Ferreira da Rocha — Ramal 312

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615.

**COMISSÃO DE SEGURANÇA NACIONAL — (CSN)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: José Guimard  
Vice-Presidente: Vasconcelos Torres

**Titulares**

1. Luiz Cavalcante
2. José Lindoso
3. Virgílio Távora
4. José Guimard
5. Vasconcelos Torres

**Suplentes**

1. Jorbas Passarinho
2. Henrique de La Rocque
3. Alexandre Costa

**ARENA****MDB**

1. Amoral Peixoto
2. Adalberto Sena

1. Agenor Maria
2. Orestes Quéricia

Assistente: Leda Ferreira da Rocha — Ramal 312.

Reuniões: Quartas-feiras, às 11:30 horas.

Local: Sala "Clóvis Beviláqua" — Anexo II — Ramal 312

**COMISSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO CIVIL — (CSPC)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Lázaro Barboza  
Vice-Presidente: Otto Lehmann

**Titulares**

1. Augusto Franco
2. Otto Lehmann
3. Heitor Dias
4. Accioly Filho
5. Luiz Viana

**Suplentes**

1. Mattos Leão
2. Gustavo Capanema
3. Alexandre Costa

**ARENA****MDB**

1. Itamar Franco
2. Lázaro Barboza

1. Danton Jobim
2. Mauro Benevides

Assistente: Sonia Andrade Peixoto — Ramal 307

Reuniões: Quintas-feiras, às 10:00 horas.

Local: Sala "Epitácio Pessoa" — Anexo II — Ramal 615

**COMISSÃO DE TRANSPORTES, COMUNICAÇÕES E OBRAS PÚBLICAS — (CT)**

(7 Membros)

**COMPOSIÇÃO**

Presidente: Alexandre Costa  
Vice-Presidente: Luiz Cavalcante

**Titulares**

1. Alexandre Costa
2. Luiz Cavalcante
3. Benedito Ferreira
4. José Esteves
5. Paulo Guerra

**Suplentes**

1. Otto Lehmann
2. Mendes Canale
3. Teotônio Vilela

**ARENA****MDB**

1. Evandro Carreira
2. Evelásio Vieira

1. Lázaro Barboza
2. Roberto Saturnino

Assistente: Claudio Carlos R. Costa — Ramal 301

Reuniões: Quintas-feiras, às 11:00 horas.

Local: Sala Rui Barbosa — Anexo II — Ramal 621

**B) SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS, ESPECIAIS E DE INQUÉRITO**  
**Comissões Temporárias**

Chefe: Ruth de Souza Castro.

Local: Anexo II — Térreo.

Telefone: 24-8105 — Ramal 303.

- 1) Comissões Temporárias para Projetos do Congresso Nacional.
- 2) Comissões Temporárias para Apreciação de Vetos.
- 3) Comissões Especiais e de Inquérito, e
- 4) Comissão Mista do Projeto de Lei Orçamentária (art. 90 do Regimento Comum).

Assistentes de Comissões: Haroldo Pereira Fernandes — Ramal 674;  
Alfeu de Oliveira — Ramal 674; Cleide Maria B. F. Cruz — Ramal 598; Mauro  
Lopes de Sá — Ramal 310

**SENADO FEDERAL****SUBSECRETARIA DE COMISSÕES****SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES****HORARIO DAS REUNIÕES DAS COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL****PARA O ANO DE 1976**

HORAS	TERÇA	S A L A	ASSISTENTE	HORAS	QUINTA	S A L A S	ASSISTENTE
10:00	C.A.R.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA	09:00	C.D.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	RONALDO
					C.E.C	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	CLEIDE
				10:00	C.S.P.C.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	SONIA
10:00	C.C.J.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA HELENA		C.F.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	MARCUS VINICIUS
	C.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	DANIEL	10:30	C.M.E.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	RONALDO
10:30	C.R.E.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CANDIDO		C.L.S.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	DANIEL
	C.A.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	MARCUS VINICIUS	11:00	C.S.	EPITÁCIO PESSOA Ramal - 615	LEDA
11:00	C.R.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	MARIA CARMEN		C.T.	RUY BARBOSA Ramais - 621 e 716	CLAUDIO COSTA
11:30	C.S.N.	CLÓVIS BEVILÁQUA Ramal - 623	LEDA				

# **REGISTROS PÚBLICOS**

## **nova lei anotada**

— Redação atualizada da Lei nº 6.015/73, com as alterações das Leis nºs 6.140/74 e 6.216/75, contendo notas explicativas e remissivas;

— Redação vigente do Decreto nº 4.857, de 9-11-1939, seguida de notas explicativas do seu texto, com apresentação das redações anteriores.

**"Revista de Informação Legislativa" nº 46**

**328 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 30,00**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

# **CÓDIGO PENAL MILITAR**

## **Quadro Comparativo**

— Decreto-Lei nº 1.001/69

— Decreto-Lei nº 6.227/44

Contendo ainda textos do Anteprojeto (Ivo D'Aquino), Exposição de Motivos (Min. Gama e Silva), Código de Processo Penal Militar, Lei de Organização Judiciária Militar e ementário de legislação sobre Justiça Militar e Segurança Nacional.

**"Revista de Informação Legislativa" nº 26 — 439 páginas**

**Preço: Cr\$ 20,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

**Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,**

**acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do**

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**

**ou pelo sistema de Reembolso Postal**

# **SEGURANÇA NACIONAL**

**I — Legislação Constitucional**

**II — Quadro Comparativo: Decreto-Lei nº 898/69**

**Decreto-Lei nº 510/69**

**Decreto-Lei nº 314/67**

**Lei nº 1.802/53**

**III — Notas**

**IV — Jurisprudência**

**"Revista de Informação Legislativa" nº 39**  
**421 páginas**

**PREÇO: Cr\$ 25,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**

## **QUADRO COMPARATIVO**

**2ª Edição Revista e Atualizada — 1975**  
**VOLUME COM 288 PÁGINAS — Preço: Cr\$ 30,00**

**CONTÉM, COMPARADAS EM TODOS OS ARTIGOS:**

Emendas Constitucionais nº 1, de 17 de outubro de 1969, nº 2, de 9 de maio 1972, nº 3, de 15 de junho de 1972, nº 4, de 23 de abril de 1975, e nº 5, de 28 de junho de 1975.

Constituição do Brasil de 24 de janeiro de 1967 (e as alterações introduzidas pelos Atos Institucionais de nºs 5 a 17 e Ato Complementar nº 40/69, ratificado pelo art. 3º do Ato Institucional nº 6/69).

Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946 (com as Emendas Constitucionais e Atos Institucionais que a alteraram).

Em notas, além de outras observações, são destacadas as alterações aprovadas pelo Congresso Nacional, através de emendas, ao Projeto de Constituição remetido ao Congresso pelo Presidente Humberto de Alencar Castello Branco, em dezembro de 1966.

**Trabalho organizado e revisado pela Subsecretaria de Edições Técnicas  
e impresso pelo Centro Gráfico do Senado Federal**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL**  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.

# **CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

## **QUADRO COMPARATIVO ANOTADO**

**O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL (LEI Nº 5.869/73,  
COM AS ALTERAÇÕES DA LEI Nº 5.925/73) COMPARADO AO  
CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL ANTERIOR (DECRETO-  
LEI Nº 1.608/39 COM REDAÇÃO ATUALIZADA).**

**2 VOLUMES**

### **1º VOLUME:**

**QUADRO COMPARATIVO DO NOVO CÓDIGO DE PROCESSO  
CIVIL COM DISPOSITIVOS DA LEGISLAÇÃO ANTERIOR;**

### **2º VOLUME:**

**NOTAS (de nºs 1 a 835) CONTENDO:**

- **LEGISLAÇÃO CORRELATA;**
- **JURISPRUDÊNCIA;**
- **DOCTRINA;**
- **EMENDAS APROVADAS PELO CONGRESSO NACIONAL;**
- **EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS E PALESTRA DO PROF. ALFREDO BUZARD;**
- **LEGISLAÇÃO ESTRANGEIRA; E**
- **REMISSÕES.**

**NOTAS (de nºs 1-A a 95-A) documentam a redação original de dispositivos do Código, Lei nº 5.869/73, alterado pela Lei nº 5.925/73.**

**PREÇO: Cr\$ 70,00**

**À venda no SENADO FEDERAL, 11º andar**

**Os pedidos de publicação deverão ser dirigidos à  
SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL.  
Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF,  
acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do  
CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,  
ou pelo sistema de REEMBOLSO POSTAL.**

# TRÂNSITO

Legislação atualizada.

Código Nacional de Trânsito e seu Regulamento — atualizados

Legislação especial e correlata.

Ilícitos penais do Trânsito.

Resoluções do CONTRAN.

Notas — Comparações — Remissões

Furto de uso.

"Revista de Informação Legislativa" nº 38

452 páginas

**Preço: Cr\$ 25,00**

Os pedidos de publicações deverão ser dirigidos à

**SUBSECRETARIA DE EDIÇÕES TÉCNICAS DO SENADO FEDERAL**

Ed. Anexo I, 11º andar, Praça dos Três Poderes — 70000 — BRASÍLIA — DF

acompanhados de cheque nominal, visado, pagável em Brasília e emitido a favor do

**CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL,**

ou pelo sistema de Reembolso Postal

# CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

Texto atualizado da CLT, comparado ao texto original de 1943 e a todas as alterações, introduzidas durante mais de 30 anos de vigência.

Notas explicativas.

Legislação correlata.

616 páginas

Edição: agosto de 1974

**PREÇO: Cr\$ 35,00**

**À VENDA NO SENADO FEDERAL, 11º ANDAR**

**Centro Gráfico do Senado Federal**  
**Caixa Postal 1.203**  
**Brasília — DF**

**EDIÇÃO DE HOJE: 32 PÁGINAS**

**PREÇO DESTE EXEMPLAR: Cr\$ 0,50**